



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SELICC



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 537/2026

TIPO: Menor preço lote **UASG:** 985903

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 12686/2026

DATA DA ABERTURA: 21/10/2026 às 09:00 horas

OBJETO: Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, visando atender as demandas das Secretarias interessadas, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.939.533,95

RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível no PNCP, no Portal Oficial da Prefeitura (www.pmspa.rj.gov.br) e no site www.gov.br/compras/pt-br.



Documento assinado digitalmente

ADRIANA GUAHIBA CORREA DE LIMA

Data: 07/10/2026 11:45:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Guahiba
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 537/2026

PROCESSO Nº 12686/2026

DATA DA REALIZAÇÃO: 21/10/2026

HORÁRIO: 09:00

CÓDIGO UASG: 985903

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

O Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, mediante o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria GAPRE nº 871, de 17 de Junho de 2025. O (A) Secretário (a) Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, I, da Lei Orgânica do Município combinado com o disposto no art. 57-B, da Lei Complementar nº 184, de 28 de dezembro de 2021, alterada pela Lei Complementar nº 201, de 20 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com a finalidade de fazer **REGISTRO DE PREÇOS** pelo período de 12 (doze) meses, sob o regime de fornecimento de bens, pelo critério de julgamento do tipo **menor preço por lote**, conforme o edital e seus anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar, será regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 133/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

SECRETARIAS INTERESSADAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TRABALHO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE E LAZER, SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

O Município de São Pedro da Aldeia/RJ, utilizará o Portal de Compras do Governo Federal, para realização desta licitação. A licitante deverá observar a data e horário previsto para abertura da sessão, conforme disposto abaixo:

ABERTURA DA SESSÃO: Às 09:00 horas, do dia 21/10/2026.

RECEBIMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO: até às 09:00 horas, do dia 21/10/2026.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir 09:00 horas, do dia 21/10/2026.

1 - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, visando atender as demandas das Secretarias interessadas, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/21.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta dos recursos aprovados para o exercício do ano de 2026, conforme abaixo:

Secretaria	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Ficha
Secretaria de Agricultura Abastecimento e Trabalho	20.602.033.2.102	3.3.90.39.99.00	554
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	08.244.001.2.160	3.3.90.3099.00	912
	08.245.051.2.153	3.3.90.3099.01	1850
	08.245.048.2.535	3.3.90.3099.02	1843
	14.422.064.2.534	3.3.90.3099.03	1118
	08.245.048.2.535	3.3.90.3099.04	1843
	08.245.047.2.151	3.3.90.3099.05	1860
	08.243.049.2.167	3.3.90.3099.06	1047
	08.241.019.2.453	3.3.90.3099.07	1070
	08.244.049.2.451	3.3.90.3099.08	1082
	08.243.011.2.399	3.3.90.3099.10	1134
Secretaria de Cultura	13.392.007.2.497	3.3.90.30.99.00	305
Secretaria de Educação	12.392.026.2.244	3.3.90.32.99.00	1625
Secretaria de Esporte e Lazer	27.812.007.2.049	3.3.90.30.99.00	227
Secretaria de Turismo	23.695.007.2.048	3.3.90.30.99.00	337

2.2. O valor global estimado é de **R\$ 2.939.533,95 (dois milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos).**

2.3. O valor estimado no Termo de Referência (**Anexo I**) é apurado na fase preparatória da contratação, conforme requisitos do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021. Na presente licitação, o valor de referência a ser considerado se encontra na Planilha de Composição de Preço (**Anexo II**).

3 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico compras@pmspa.rj.gov.br.

3.2. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelo setor responsável pela elaboração do edital, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico compras@pmspa.rj.gov.br.

3.4. O Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que estiverem previamente credenciadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Pedro da Aldeia, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

4.4. A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, oportunidade em que será exigida Declaração de Observância desse Limite na forma do artigo 4º, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo V deste Edital)

4.5.2. Para os lotes de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil) constantes no Anexo II (Planilha de Composição de Preços) é exclusiva a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.6. Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública do Município de São Pedro da Aldeia, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21, não podendo participar ainda as que:

- a)** estiverem incursas na pena do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- b)** aquele que não atenda as condições deste edital e/ou seus anexos;
- c)** aquele que esteja enquadrado em quaisquer das condições previstas no artigo 14 da lei 14.133/21;
- d)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- e)** apresentarem propostas com valor unitário e/ou global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme (Art. 59, inciso III) da Lei 14.133/21;
- f)** estejam sob falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- g)** forem estrangeiras e não satisfizerem a exigência estipulada no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21;
- h)** estiverem reunidas em Consórcio e os concordatários, devido à natureza do objeto licitado e ao valor a ser contratado.

4.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8. No caso de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o mesmo impedimento se dará ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

4.9.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.10. É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital e seus Anexos, somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos e que estejam devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema na página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, na forma definida pelo item 4 deste Edital e para os itens exclusivos, estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

4.13. A participação na presente licitação implica aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Ao participar do pregão eletrônico, o licitante manifesta o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

6.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.5. Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Havendo divergência entre o descritivo dos itens no Compras.gov e o Edital, prevalecerá o do Edital e seus Anexos.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada em conformidade com o modelo de proposta de preços constante no **Anexo III** deste Edital e também respeitando os seus termos em geral e enviada exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

7.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá alterar ou retirar a proposta cadastrada no sistema eletrônico.

7.2.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado de cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7.3. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 e artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, oportunidade em que será exigida Declaração de Observância desse Limite na forma do artigo 4º, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo V deste Edital).

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

7.5. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.5.1. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7.5.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7.6. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE**. Será vedada a aceitação de propostas, cujo(s) preço(s) unitário(s) do(s) item (s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos,

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação expressa do fato aos participantes no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

8.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **aberto** assim definido no inciso I art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A etapa de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos**, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.9.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430/2023;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.12. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que tratam as cláusulas anteriores, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, através do sistema, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências de habilitação e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.3. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

10 – DA NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo de duas horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema Compras.gov, podendo ser prorrogado mediante solicitação encaminhada dentro do prazo inicialmente previsto e apresentação de justificativa, a qual será analisada pelo pregoeiro.

10.4. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.5. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se os valores unitários estimativos da contratação.

10.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário e/ou global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado, com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021, ou com quantitativos inferiores ao máximo previsto neste Edital, em atendimento ao artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6.1. Conforme disposto no art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante melhor classificado, ao final da fase de lances, cuja proposta apresente valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela administração, deverá, no mesmo prazo da proposta readequada constante do item 9.3, apresentar demonstração detalhada de exequibilidade de sua proposta. A demonstração deverá conter, no mínimo:

- a)** Composição detalhada dos custos dos principais insumos e serviços que compõem a proposta;
- b)** Justificativas que comprovem a capacidade técnica, econômica e financeira de execução do objeto licitado nas condições ofertadas;

c) Outros documentos e informações que a administração julgar necessários para comprovar a viabilidade da proposta.

10.7. Será desclassificada a proposta que não corrigir, não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro, bem como não apresentar a comprovação de exequibilidade, esta última quando exigida, com a convocação dos próximos licitantes na ordem de classificação.

10.8. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação da licitante com a melhor proposta será julgada com base nos documentos encaminhados durante a sessão pública, após convocação do pregoeiro, concomitantemente à proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2. O Pregoeiro verificará eventual descumprimento das vedações elencadas no item 3 deste edital, mediante consulta ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, IV, da Lei nº 14.133/21, e no Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. Poderá a administração pública, a seu livre critério, proceder consulta complementar a outros cadastros análogos.

11.3. As consultas previstas na condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10, de 2020 e pela IN nº 107, de 2020.

11.6. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, alterada pela IN nº 10, de 2020 e pela IN nº 107, de 2020, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.7. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.8. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos dos itens abaixo:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia de documento de identificação oficial dos sócios, com foto.

b) registro comercial, no caso de empresa individual.

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.

d) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “c”, deste subitem.

e) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

f) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. (Art. 68, II da Lei Federal 14.133/21);

c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da

CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal nº 12.440/11), e Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Art. 68, IV e V da Lei Federal 14133/21);

e) declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não empregando servidor público em seu quadro, conforme Anexo IV.

f) no caso de Microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123 de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 155 de 2016).

f.2) O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

f.3) A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

f.4) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item f.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Será exigido atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto similar em quantidade, qualidade e complexidade compatíveis com o objeto da licitação. Para os itens que contiverem alimentos manipulados (sanduíches, bolos ou salgadinhos tipo festa), os atestados devem mencionar alimentos perecíveis e manipulados, sob pena de inabilitação;

b) Exclusivamente para os itens que contiverem alimentos manipulados (sanduíches, bolos ou salgadinhos tipo festa), fornecidos de forma individual ou nos Kits, serão exigidos:

b1) Alvará Sanitário vigente ou Licença de Funcionamento emitido pela vigilância sanitária municipal ou estadual, conforme o caso, abrangendo o escopo da atividade de manipulação de alimentos perecíveis, sob pena de inabilitação;

b2) A licitante deverá apresentar profissional responsável técnico, devidamente inscrito no CRN (Conselho Regional de Nutrição). A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional apresentado desde que acompanhada da anuência deste; e

c) A Administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeito à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

IV - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (fotocópias autenticadas extraídas do Livro Diário) e devidamente revestidos de todas as formalidades legais extrínsecas e intrínsecas e dos padrões contábeis geralmente aceitos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados da respectiva memória de cálculo da atualização;

b) serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1) fotocópias autenticadas das Demonstrações Contábeis extraídas do Livro Diário com a devida numeração sequencial de páginas ou publicados em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; art. 1.180 do mesmo diploma legal; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4) e Resolução CFC 686/90 (NBC T 3.1.1);

b.2) prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), conforme art. 1.181 da Lei nº 10.406/02;

b.3) assinatura do Contador e do representante legal da entidade no Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; §4º, art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4);

b.4) demonstrações de escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, conforme art. 1.179 da Lei nº 10.406/02; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.5);

b.5) será admitido balanço patrimonial gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

b.6) boa situação financeira, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (ILC) decorrentes de análise de Balanço. Todos os índices analisados deverão ser maiores ou iguais que 01 (um), conforme **Anexo VI**;

b.7) Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações municipais, disposto na Lei complementar nº.153 de 18 de outubro de 2018, parágrafo 5º.

c) empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal deverão comprovar sua capacidade econômico-financeira, através do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou Sped, com seus balancetes mensais, da data de sua abertura até o mês que imediatamente antecede ao do certame, assinado pelo contador da empresa e por seu representante legal, sob pena de inabilitação, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92;

d) para comprovação da legitimidade das Demonstrações Contábeis, conforme orientações básicas do Tribunal de Contas da União, estas devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante (ou outro órgão equivalente), com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento para complementar a instrução do processo, conforme art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. É facultado ainda à Comissão de Licitação a promoção de diligência ou a solicitação de quaisquer outros documentos considerados necessários para esclarecer ou complementar a instrução do processo;

e) as demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade;

f) Nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo constitui faculdade da Administração, condicionada à natureza do objeto e ao risco da contratação.

f.1) Considerando que o presente certame se refere a Sistema de Registro de Preços para aquisição de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, inexistindo execução continuada de alta complexidade ou risco financeiro relevante, não será exigido capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, sendo suficientes os índices econômico-financeiros previstos neste Edital para a aferição da capacidade do licitante.

g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica; ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física; ou Certidão Negativa de Distribuição e Certidão Negativa de Insolvência, expedidas pelo distribuidor da sede da Sociedade Simples.

h) No caso de Empresa em Recuperação Judicial, deverá ser apresentado plano de recuperação aprovado judicialmente, acompanhado de certidão de objeto e pé atualizada dos autos do processo em que se processa a referida recuperação judicial.

11.9. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

11.10. Os documentos remetidos por meio do Portal de Compras do Governo Federal poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.11. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, sito a Rua Marques da Cruz, nº 61, CEP 28941-086, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ.

11.12. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

12 - DOS RECURSOS E REABERTURA DA SESSÃO

12.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, para cada fase recursal, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza autoridade competente a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

12.3. Registrada a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.4. Não sendo o caso de retratação a ser realizado pelo pregoeiro, os recursos serão apreciados pela autoridade competente.

12.5. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.6.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.7. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.7.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.7.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do artigo 71, IV da Lei 14.133/2021.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos moldes do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.3. O presente instrumento convocatório informa que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.1.4. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, no módulo Intenção de Registro de Preços - IRP do sistema Compras.gov.

14.2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.2.1. Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela Secretária Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da Ata de Registro de Preços:

- a) Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
- b) Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - b.1) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
 - b.2) Mantiverem a sua proposta original.

14.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

14.2.3. O registro a que se refere o subitem 14.2.1, “b”, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.2.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.2.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 14.2.3 somente será efetuada quanto houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 14.4 deste Edital.

14.2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.2.7. Após a homologação da presente licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

14.2.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no subitem 14.2.6, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.2.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o subitem 14.2.1, *b, b.1* aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.2.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.2.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, terá vigência 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade e será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

14.3. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como

pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº [14.133](#), de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº [14.133](#), de 2021.

14.3.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.3.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.3.2.2. Na hipótese prevista no item 14.3.2.1, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Municipal nº 133/2023.

14.3.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto do item 14.4.2, "c" e do art. 29 do Decreto Municipal nº 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

14.3.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal nº 133/2023.

14.3.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.3.3.1. Para fins do disposto no item 14.3.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.3.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as

obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto item 14.4.1, “a” e do art. 28 do Decreto Municipal nº 133/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº [14.133](#), de 2021, e na legislação aplicável.

14.3.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 133/2023.

14.3.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.3.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 14.3.3 e 14.3.3.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

14.3.3.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal nº 133/2023.

14.4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.4.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 14.3.3.2 e do § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 133/2023; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº [14.133](#), de 2021.

14.4.1.2. Na hipótese prevista na alínea “d” do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.4.1.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.4.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 14.3.2.3 e § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal nº 133/2023.

14.5. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços - ARP poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.5.1.1. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5.1.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput.

14.5.1.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Municipal nº 133/2023.

14.5.1.4. Para fins do disposto no item 14.5.1, competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.6.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram da Intenção de Registro de Preço poderão aderir àquela na condição de não participante, devendo ser observado, ainda, o disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 133/2023 e os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº [14.133](#), de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

14.6.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

14.6.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.6.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.6.5. Para as adesões à ata, deverão ser observados os limites estabelecidos no artigo 32 do Decreto Municipal nº 133/2023.

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão e Formalizada a Ata de Registro de Preços, havendo a necessidade de contratação pela Administração Pública, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

15.1.2. Nos casos de Microempresa e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato (Artigo 42 da Lei Complementar nº 123/2016).

15.2. O prazo para assinatura do contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de São Pedro da Aldeia/RJ.

15.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

16 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. A vigência do contrato será definida no instrumento de contratação, conforme a necessidade da Administração, devendo sua celebração ocorrer durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 84, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, podendo sua execução ultrapassar a vigência da Ata, observado o prazo contratual estabelecido e as hipóteses legais de prorrogação.

17 - DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo dos bens.

17.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária IPCA – IBGE.

17.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, bem como encaminhar a nota fiscal à Secretaria gestora do contrato, devidamente atestada em 3 (três) vias por 2 (dois) servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato, acompanhada da ordem de fornecimento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos

por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. o prazo de validade;

17.5.2. a data da emissão;

17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. o período respectivo de execução do contrato;

17.5.5. o valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

17.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

17.8. O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

17.9. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

17.10. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade na Nota Fiscal ou no boleto ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o contratante notificará ao contratado para que proceda a devida correção, ficando o prazo de pagamento interrompido, prosseguindo sua contagem quando do recebimento pelo contratante dos documentos devidamente corrigidos.

17.11. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal; Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;

Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Comprovante de Recolhimento dos Impostos Incidentes sobre a execução do objeto (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social, sendo estes dois últimos trimestralmente); todos dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

17.12. Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.14. O processo administrativo de pagamento deverá observar as normas e procedimentos constantes na Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 do Município de São Pedro da Aldeia.

18 - DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

18.1. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.

18.2. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.

19 - DO REAJUSTE E REVISÃO

19.1. A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

19.2. O critério de reajuste obedecerá a periodicidade anual através do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/21, nas hipóteses de prorrogação da Ata, permanecendo fixos os preços registrados no período original.

19.3. Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.

20 - DA RESCISÃO

20.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

20.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafos 1º a 2º, do mesmo instrumento legal.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

21.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

21.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

21.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

21.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

21.8. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

21.9. As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.10. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

21.10.1 A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

22 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;
- b) Exigir do Contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento no prazo e condições previstos;
- f) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, se necessário;
- g) Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual.

II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria interessada, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da

respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

- b)** Executar o contrato na forma estabelecida no termo de referência;
- c)** Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021 combinado com os artigos 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- d)** O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Secretaria Municipal Requisitante, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, quando se tratar de produtos industrializados e não perecíveis, e de 04 (quatro) horas, quando se tratar de produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, o produto que apresentar avarias, defeitos ou desconformidade com as especificações contratadas;
- e)** Comunicar à Administração, no prazo de pelo menos 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- i)** Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;
- j)** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/21;
- k)** Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel execução do objeto deste contrato;

- l) Arcar com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto do Termo de Referência, incluindo todos os custos e encargos;
- m) Ficará a cargo da Contratada os custos com transporte dos materiais e locomoção de pessoal necessário à execução do fornecimento, bem como quaisquer despesas com material a ser utilizado;
- n) Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e artigos 63, IV e 92, XVII ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e
- o) Manter as informações e dados desta Administração Pública e de seus servidores em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

23 – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

23.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome e matrícula dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

23.5. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

23.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

23.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

23.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

23.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

23.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

23.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

23.12. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

23.13. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

23.14. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

23.15. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

23.16. Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

24. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

24.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias, para produtos industrializados e não perecíveis e de 4 (quatro) horas, para produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

24.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

24.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

24.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

24.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

24.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

25. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

25.1. Os gêneros alimentícios, kits lanche e bebidas serão armazenados pela contratada, até sua efetiva entrega às unidades municipais, em locais apropriados, com condições adequadas de temperatura, higiene e conservação, observadas as normas sanitárias aplicáveis e as informações de guarda constantes nas embalagens dos fabricantes, especialmente quanto à manutenção da cadeia de frio dos produtos congelados e refrigerados, como os picolés de frutas, que deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C até o momento da entrega, ficando a contratada responsável

pela integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração. Após o recebimento, a Administração adotará as condições de armazenamento compatíveis com cada produto, observando a capacidade das unidades destinatárias e a demanda de consumo, especialmente quanto aos gêneros perecíveis, a fim de evitar desperdícios e deterioração.

26 – DA FISCALIZAÇÃO

26.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

26.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

26.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

26.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

26.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

26.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*);

26.7. Fiscalização Técnica:

26.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

26.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

26.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

26.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

26.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

26.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

26.7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

26.7.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

27 - DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

27.1. O objeto licitado deverá ser disponibilizado nos prazos abaixo, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da solicitação da Administração, conforme a natureza do objeto:

a) Os produtos industrializados e não perecíveis deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

b) As frutas, o gelo e os picolés deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação realizada com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

c) Os bolos, os kits lanche, os salgadinhos e os sanduíches deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação realizada com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

28- DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

28.1. Os produtos serão fornecidos pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação, na forma da Lei nº 14.133/2021, com prazo de início a partir do recebimento da primeira ordem de serviço expedida pela CONTRATANTE.

29 - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

29.1. O objeto licitado deverá ser disponibilizado nos dias, horários e locais situados no Município de São Pedro da Aldeia, conforme especificado neste documento ou nos endereços abaixo indicados:

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Trabalho	Rodovia Amaral Km 107, Balneário, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Rua Hermógenes Freire da Costa nº 19, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Cultura	Avenida Francisco Coelho Pereira nº 255, Casa da Cultura, Centro / Rua Francisco Santos Silva nº 555, Teatro Municipal, Nova São Pedro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Educação	Rua Doze de Outubro nº 203, Estação, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Esporte e Lazer	Avenida Francisco Coelho nº 255, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Turismo	Avenida São Pedro nº 147, Centro, São Pedro da Aldeia

29.2. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

29.3. Os alimentos não perecíveis, fornecidos de forma individual ou nos Kits, deverão estar devidamente industrializados, envasados em embalagens originais de fábrica, íntegras, invioladas e apropriadas para o tipo de produto, assegurando a conservação da qualidade e a proteção contra contaminações.

29.4. Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade na data da entrega conforme descrição do item e, nos demais casos, com prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de validade.

29.5. As embalagens deverão conter de forma impressa, legível e indelével: nome do produto, composição/ingredientes, informações nutricionais, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, número de lote, identificação do fabricante, CNPJ e o número de registro ou notificação junto à ANVISA ou MAPA, conforme a categoria do alimento.

29.6. É vedado o fornecimento de produtos com rótulos adulterados, rasurados ou com sinais de má conservação.

29.7. As frutas *in natura*, fornecidas de forma individual ou nos Kits, deverão ser de primeira qualidade, próprias para o consumo humano, apresentando-se maduras, firmes, inteiras, bem formadas, com coloração, aroma e sabor característicos da espécie.

29.8. Cada kit deverá ser acondicionado individualmente, com embalagem confeccionada em material plástico do tipo polietileno (PEBD ou PEAD) ou similar, atóxico, com espessura mínima de 100 (cem) micras, garantindo resistência, higiene e proteção contra umidade, poeira, insetos e outras impurezas externas.

29.9. Cada embalagem deverá conter, de forma legível, permanente e visível, a devida identificação com as seguintes informações: nome do kit, nome do fornecedor e respectivo CNPJ, data de montagem, prazo de validade do item de menor validade, condições de conservação recomendadas (como “manter refrigerado”).

29.10. Os picolés de frutas deverão ser produzidos em processo tecnológico adequado, moldados e congelados em condições higiênico-sanitárias que garantam sua conservação durante armazenagem, transporte e entrega, respeitando a cadeia de frio, em porções individuais com peso líquido entre 60 e 70 gramas, com no mínimo cinco sabores distintos, devidamente embalados e identificados. Durante o transporte deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C, com uso de caixa térmica apropriada ou veículo refrigerado.

29.11. Os salgadinhos deverão ser entregues fritos, frescos e prontos para consumo imediato, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, limpas e resistentes, que preservem sua integridade, sabor, textura e temperatura adequada. Os produtos deverão apresentar aspecto, aroma e consistência característicos, sem excesso de óleo, sinais de deterioração ou contaminação, atendendo às condições higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.

29.12. A contratada deverá adotar práticas destinadas à redução da geração de resíduos e do desperdício de alimentos durante o fornecimento dos produtos, limitando as embalagens ao necessário para assegurar integridade, higiene, conservação e segurança sanitária, priorizando, sempre que tecnicamente viável, embalagens reutilizáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental, sem prejuízo da conservação e da segurança dos alimentos.

29.13. As embalagens e os materiais destinados ao contato direto com os alimentos deverão atender integralmente às normas sanitárias aplicáveis, protegendo os produtos contra alterações, contaminações e agentes externos. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá recolher e promover a destinação ambientalmente adequada das embalagens secundárias e dos materiais utilizados exclusivamente no transporte das mercadorias.

29.14. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

29.15. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

30 - SUBCONTRATAÇÃO

30.1. A subcontratação de qualquer parcela do objeto contratado não será permitida, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes previstas no Termo de Referência. O contratado deverá executar diretamente todas as atividades previstas, sendo vedada a delegação de qualquer etapa a terceiros. A vedação visa garantir a qualidade, a regularidade da execução, a economicidade e a fiscalização eficiente do contrato pela Administração. O descumprimento dessa regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

30.1.1 Não se caracteriza como subcontratação a utilização de terceiros para a execução de atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, tais como transporte, frete, logística e entrega, desde que não haja transferência, total ou parcial, da execução das obrigações principais do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração. O descumprimento desta regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

31 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

31.2. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 64, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021).

31.3. Fica assegurado à Autoridade Competente o direito de, no interesse da Administração Pública, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação em vigor.

31.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

31.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

31.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

31.7. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

31.8. Quaisquer dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Pregão, poderão ser solicitados somente, através do Portal de Compras do Governo Federal, no campo próprio para formulação das perguntas.

31.9. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

31.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de São Pedro da Aldeia, sem prejuízo do disposto no art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

31.11. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso, e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o **horário de Brasília/DF**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

31.12. A Administração Pública de São Pedro da Aldeia disponibilizara a íntegra do edital, bem como o projeto básico em meio eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e no Portal da Transparência do Município no site www.pmspa.rj.gov.br

32 – INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS RESPECTIVOS ANEXOS:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Planilha de Composição de Preços
Anexo III	Planilha de Proposta de Preço
Anexo IV	Declaração que a Empresa Não Possui Servidor Público em seu Quadro
Anexo V	Declaração de Observância dos Limites de Faturamento Bruto para Enquadramento em Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Anexo VI	Análise Econômico-Financeira
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preço
Anexo VIII	Minuta do Contrato

33 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

31.1. Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 10.024/2019 e o Decreto Municipal nº 133/2023, bem como as demais legislações pertinentes.

34 - DO FORO

34.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

São Pedro da Aldeia, 07 de Outubro de 2026.

Roberta Souza Pinto Etelvino
Mat.: 44006

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12686/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para eventual e futuro fornecimento de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, através do Sistema de Registro de Preços (SRP), que tem como finalidade atender às demandas da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Trabalho, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Turismo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, discriminados a seguir:

Lote 1 – Bebidas

Item	Descrição	Unid	Quantidade
1	Água mineral natural potável sem gás em copo de 200 ml vedado. Com validade mínima de 3 meses na data da entrega.	UND	130.300
10	Guaraná copo 290 ml. Extrato natural de guaraná aromatizado artificialmente sacarose. Refresco de guaraná adoçado	UND	12.100
16	Néctar de fruta 1L sabores diversos, incluído versões zero açúcar e normal (abacaxi com hortelã, laranja, uva, caju, manga e pêssego).	UNID	2.000
17	Néctar de fruta, caixinha 200 ml, com canudo, pronto para beber, natural, contém no mínimo 30% de suco ou polpa de fruta, sem adição de conservantes. Diversos sabores, principalmente uva e laranja. Na data da entrega não deve ter sido ultrapassado 10% do tempo de validade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade.	UND	16.650
20	Refrigerante 1,5 l sabores diversos, incluído versões zero açúcar e normal (sabores sugeridos, cola, guaraná, uva).	UNID	2.000

Lote 2 – Kits Lanche

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
11	Kit nº 1: biscoito salgado similar ao Club Social. Pacote de 24 g. 1 - Guaraná copo 290 ml. Extrato natural de guaraná aromatizado artificialmente sacarose. Refresco de guaraná adoçado; 1 unid. de banana-prata; 1 unid. de maçã. Biscoito salgado similar ao Club Social. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e vitaminas B3, B2 e B1, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio.	KT	9.550
12	Kit nº 2 - 1 pacote de biscoito de 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; 1 suco de caixinha de 200 ml; 1 bolinho recheado 40 g, chocolate ou morango: massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; 1 água mineral natural potável sem gás, garrafa 510 ml, dentro da data de validade na entrega; 1 unid. de banana-prata in natura com peso aprox. de 190 g, de 1º qualidade.	KT	13.900
13	Kit nº 3 (SEMUC) • 1 pacote de biscoito 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 suco de fruta sabores: laranja, uva, morango ou pêssego, caixa cartonada. Suco de néctar da fruta simples, composto líquido de polpa concentrada, água potável, açúcar podendo ser adicionado de ácidos, possuindo no mínimo 50% da	KT	15.225

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
	polpa da fruta. Apresentando sabor e aroma características e cor própria. Dentro da validade mínima na data da entrega. Caixa cartonada alumínio 200 mililitro; • 1 bolinho recheado 40 g, chocolate ou morango, massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 água mineral natural potável sem gás, garrafa 510 ml, dentro da data de validade na entrega; • 1 unid. maçã Fuji in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada. • 1 sanduíche queijo com presunto: pão de forma, requeijão, queijo prato e presunto fatiado. Pão de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Requeijão de leite integral. Queijo prato fatiado origem vaca. Presunto sem capa de gordura, cozido, fatiado e resfriado, composto de carne de pernil suíno. Com manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos. Com aprox. 150 g.		
14	Kit nº 4 - 1 pacote de biscoito 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; Kit nº 4 (SEMUC) • 1 pacote de biscoito 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 suco de fruta sabores: laranja, uva, morango ou pêssego, caixa cartonada. Suco de néctar da fruta simples, composto líquido de polpa concentrada, água potável, açúcar podendo ser adicionado de ácidos, possuindo no mínimo 50% da polpa da fruta. Apresentando sabor e aroma características e cor própria. Dentro da validade mínima na data da entrega. Caixa cartonada alumínio 200 mililitro; • 1 bolinho recheado 40 g, chocolate ou morango, massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 água mineral natural potável sem gás, garrafa 510 ml, dentro da data de validade na entrega; • 1 unid. banana-prata in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas, com aprox. 190 g. • 1 sanduíche de frango cremoso 2 pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos, com aprox. 150 g.	KT	17.625

Lote 3 – Frutas in Natura

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
6	Fruta: banana-prata in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	KG	4.605
7	Fruta: maçã Fuji in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada.	KG	4.605
8	Fruta: tangerina in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas, peso em média de 103 gramas cada.	KG	4.000

Lote 4 – Chocolates

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
5	Caixa de bombons recheados sabores sortidos: caixa com no mínimo 250 gramas, com aproximadamente 17 unidades. Descr.: recheios variados e diferentes sabores de chocolate, cada bombom embalado individualmente em papel aluminizado, acondicionados em caixa retangular de papelão resistente, reciclável e sem amassados, a embalagem externa deve conter a tabela nutricional, o nome do fabricante, a data de validade (com prazo mínimo de 90 dias a partir da entrega), registro junto a ANVISA. Sugestão de marcas: Nestlé e Lacta.	UND	10.650
15	Mini ovinhos de chocolate ao leite, embalados individualmente em papel aluminizado colorido, acondicionados em embalagem de 500 g, contendo no mínimo 80 unidades por embalagem.	EMB	500
18	Ovo de Páscoa, confeccionado em chocolate ao leite, com peso líquido mínimo de 350 g (trezentos e cinquenta gramas) por unidade, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, própria para a conservação, proteção e transporte do produto. Cada unidade deverá conter 1 (um) item adicional, consistente em brinde infantil surpresa ou bombom, acondicionado conforme as especificações do fabricante. O produto deverá ser fabricado por estabelecimento regularmente registrado junto aos órgãos competentes, atendendo aos padrões de identidade e qualidade, às normas sanitárias vigentes e à legislação aplicável, inclusive às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis. A embalagem deverá apresentar, de forma legível, todas as informações obrigatórias previstas na legislação vigente, incluindo, no mínimo, identificação do fabricante, denominação de venda, lista de ingredientes, declaração de alergênicos, informações nutricionais, conteúdo líquido, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com embalagens íntegras e lacradas, e com prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante.	UND	500

Lote 5 – Alimentos Manipulados

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
21	Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe. Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe	CENTO	1.950
22	Sanduíche de frango cremoso 2 pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos. Sanduíche de frango cremoso 2 pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.	UND	11.750
23	Sanduíche de queijo e presunto: pão de forma, requeijão, queijo prato e presunto fatiado. Pão de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Requeijão de leite integral, creme de leite, cloreto de cálcio, coagulante, fermento lácteo, emulsificantes (450II, 452I, 450V, 451II), regulador de acidez ácido láctico, conservador sorbato de potássio e nisina. Queijo prato fatiado origem vaca transportado e conservado em temperatura não superior a 12C. Presunto sem capa de gordura, cozido, fatiado e resfriado, composto de carne de pernil suíno. Com manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.	UND	10.150

Lote 6 – Biscoitos

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
2	Biscoito salgado similar ao Club Social. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e vitaminas B3, B2 e B1, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio. Pacote de 24 g.	UND	61.900
4	Caixa composta por 12 (doze) potes de biscoitos amanteigados sortidos, acondicionados em embalagens individuais com peso líquido de 400 g cada, totalizando aproximadamente 4,8 kg por caixa. Os sabores deverão ser distribuídos de forma sortida, podendo contemplar preferencialmente, entre outros, nata, leite, flocos, choconata, casadinho, recheados de goiabada, leite condensado e chocofesta. As embalagens deverão estar devidamente lacradas, identificadas com informações de fabricação, prazo de validade, peso líquido e demais dados exigidos pela legislação sanitária vigente.	CX	5.000

Lote 7 – Bolo

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
3	Bolo simples, estilo padaria, produzido em forma de aproximadamente 24 cm de diâmetro com furo central, com peso mínimo de 1,2 kg por unidade, sem confeitos ou decoração especial. Preparado com ingredientes de boa qualidade, apresentando textura macia, sabor característico e adequado para consumo em eventos, reuniões e atividades institucionais. Deve ser fornecido fresco, acondicionado de forma higiênica e apropriada para transporte. Sabores sugeridos: fubá com goiabada, laranja, banana com canela, cenoura com cobertura de chocolate, formigueiro e chocolate. Rendimento estimado entre 10 e 15 porções por unidade.	UND	2.000

Lote 8 – Picolés

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
19	Picolés de frutas (sabores variados) produzido em processo tecnológico adequado, moldado e congelado em condições que garantam a sua conservação no estado congelado durante a armazenagem, o transporte e a entrega. Deverá apresentar-se na forma sólida, em formato de picolé, com palito de madeira, em porções individuais com peso líquido entre 60 (sessenta) e 70 (setenta) gramas, no mínimo cinco sabores distintos devidamente embalados contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais.	UND	40.250

Lote 9 – Gelo

Item	Descrição	Unid.	Quantidade
9	Gelo escama, saco com 20 kg.	UND	953

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 097, de 15 de junho de 2022.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que se trata de gêneros alimentícios, kits lanche e bebidas cujas características, padrões de desempenho e requisitos de qualidade podem ser objetivamente definidos por

meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, sendo comercializados regularmente por empresas especializadas, distribuidoras, estabelecimentos atacadistas, padarias, confeitarias e demais fornecedores do ramo alimentício, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. O prazo de vigência de cada contratação decorrente da ata será definido no respectivo instrumento de contratação, conforme a necessidade administrativa, a natureza do objeto e as condições estabelecidas no edital, na ata e na Lei nº 14.133/2021.

1.5. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mediante aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se como objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão habituados a tratá-las, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Trata-se de aquisição de bens comuns, cujas características, padrões de desempenho e requisitos de qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, favorecendo a competitividade e a obtenção de condições vantajosas para a Administração.

2.2. A contratação mostra-se necessária para assegurar o fornecimento de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, destinados a oferecer suporte às atividades, aos serviços e às ações institucionais desenvolvidos pelas Secretarias Municipais participantes. As requisições apresentadas demonstram a existência de demanda contínua e diversificada para o atendimento de eventos públicos, programas, projetos, reuniões, oficinas, capacitações, atividades escolares, esportivas, culturais, turísticas, socioassistenciais e comunitárias, realizadas tanto nos equipamentos municipais quanto em espaços externos, muitas vezes durante períodos prolongados e sem estrutura adequada para o preparo ou a disponibilização imediata de alimentos. Entre as ações previstas estão eventos de relevante interesse público, como o Aniversário da Cidade, o Desfile Cívico, o Réveillon, a Festa do Padroeiro, o Festival do Peixe, o São Pedro Music Festival, as Regatas de Velas, a Volta da Laguna, o Circuito Histórico, as feiras agroalimentares, os encontros de motociclistas e as atividades comemorativas voltadas às crianças, além de reuniões técnicas e pedagógicas e outras iniciativas integrantes do calendário municipal. Essas atividades mobilizam servidores, alunos, usuários das políticas públicas, equipes de apoio, colaboradores, convidados e a população em geral, demandando a disponibilização de alimentos e bebidas em quantidades compatíveis com o público estimado e com a duração de cada programação. Nas atividades realizadas ao ar livre, em deslocamentos ou em locais afastados das estruturas administrativas, o fornecimento de água, frutas, lanches, sanduíches, bebidas e demais gêneros alimentícios é indispensável para garantir condições adequadas de hidratação, alimentação, permanência e bem-estar aos participantes, bem como para preservar a capacidade de atuação das equipes responsáveis pela organização, execução, fiscalização e apoio às ações municipais. O fornecimento pretendido não se destina ao atendimento de

conveniências administrativas isoladas, mas ao suporte de atividades voltadas diretamente à população e ao funcionamento das equipes responsáveis por sua execução, atendendo ao interesse público ao viabilizar a adequada execução das iniciativas municipais, ampliar as condições de acesso e permanência dos participantes e contribuir para que os serviços e eventos sejam realizados com organização, segurança, acolhimento e respeito às necessidades da municipalidade.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações, em conformidade com o Decreto Municipal nº 188/2022, bem como no PPA, LOA e LDO, havendo disponibilidade orçamentária.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da administração pública, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no Decreto Municipal nº 133, de 18 de setembro de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Municipal.

3.2. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes deverá observar o art. 86 da Lei nº 14.133/2021. Cada órgão ou entidade aderente poderá contratar até 50% dos quantitativos registrados, limitado o conjunto das adesões ao dobro do quantitativo de cada item constante da ata.

3.3. Para execução do objeto em tela poderá ser formalizado Contrato Administrativo ou instrumento equivalente, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes.

3.4. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da ata terão prazo de vigência próprio e específico, a ser definido no momento da formalização da contratação, conforme a natureza da demanda, a forma de execução e a necessidade da Administração, observado o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A solução proposta consiste na formação de Ata de Registro de Preços para o eventual e fracionado fornecimento de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, organizados conforme a similaridade, a natureza e a correlação entre os produtos, bem como suas condições de produção, acondicionamento, conservação, transporte e entrega. As aquisições serão realizadas de forma parcelada, mediante solicitação das Secretarias participantes, de acordo com a demanda efetivamente verificada durante a vigência da ata, sem obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos estimados. Na fase de utilização, os produtos serão empregados no suporte a eventos públicos, programas, projetos, reuniões, oficinas, capacitações e atividades escolares, esportivas, culturais, turísticas, socioassistenciais e comunitárias, com prazos definidos para entrega e substituição, assegurando a qualidade, a segurança alimentar e a correção tempestiva de eventuais divergências. Em caso de produto vencido, avariado, com validade insuficiente ou em desacordo com as especificações, a substituição imediata garante a continuidade das atividades, mitigando riscos de interrupção das ações municipais. A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilitará maior flexibilidade no fornecimento, racionalização dos recursos orçamentários, padronização dos gêneros alimentícios, consolidação das demandas das Secretarias participantes e redução dos riscos de aquisições excessivas, insuficientes ou de itens perecíveis com prazo de validade comprometido, com maior eficiência, economicidade e qualidade na execução das ações municipais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações técnicas e sanitárias descritas a seguir, sem variações ou substituições não autorizadas:

- Os alimentos não perecíveis, fornecidos de forma individual ou nos kits, deverão estar devidamente industrializados, envasados em embalagens originais de fábrica, íntegras, invioladas e apropriadas para o tipo de produto. Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade na data da entrega conforme descrição do item e, nos demais casos, com prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de validade. As embalagens deverão conter, de forma impressa, legível e indelével, nome do produto, composição/ingredientes, informações nutricionais, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, número de lote, identificação do fabricante, CNPJ e número de registro ou notificação junto à Anvisa ou ao MAPA, conforme a categoria do alimento, sendo vedado o fornecimento de produtos com rótulos adulterados, rasurados ou com sinais de má conservação.
- As frutas in natura deverão ser de primeira qualidade, próprias para o consumo humano, maduras, firmes, inteiras, bem formadas, com coloração, aroma e sabor característicos da espécie, livres de lesões, amassados, cortes, rachaduras, parasitas, larvas, sujidades ou sinais de deterioração, devendo ser entregues higienizadas ou em condições de higienização, acondicionadas em embalagens limpas, íntegras e adequadas ao tipo de fruta.
- Cada kit deverá ser acondicionado individualmente, em embalagem de material plástico atóxico com espessura mínima de 100 micras, garantindo resistência, higiene e proteção contra umidade, poeira, insetos e outras impurezas externas, contendo identificação legível e permanente com nome do kit, nome do fornecedor e CNPJ, data de montagem, prazo de validade do item de menor validade e condições de conservação recomendadas.
- Os picolés de frutas deverão ser produzidos em processo tecnológico adequado, moldados e congelados em condições higiênico-sanitárias que garantam sua conservação durante armazenagem, transporte e entrega, respeitando a cadeia de frio, em porções individuais com peso líquido entre 60 e 70 gramas, com no mínimo cinco sabores distintos, devidamente embalados e identificados. Durante o transporte deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C, com uso de caixa térmica apropriada ou veículo refrigerado.
- Os salgadinhos deverão ser entregues fritos, frescos e prontos para consumo imediato, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, limpas e resistentes, que preservem sua integridade, sabor, textura e temperatura adequada. Os produtos deverão apresentar aspecto, aroma e consistência característicos, sem excesso de óleo, sinais de deterioração ou contaminação, atendendo às condições higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.
- A contratada deverá adotar práticas destinadas à redução da geração de resíduos e do desperdício de alimentos durante o fornecimento dos produtos, limitando as embalagens ao necessário para assegurar integridade, higiene, conservação e segurança sanitária, priorizando, sempre que tecnicamente viável, embalagens reutilizáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental, sem prejuízo da conservação e da segurança dos alimentos.
- As embalagens e os materiais destinados ao contato direto com os alimentos deverão atender integralmente às normas sanitárias aplicáveis, protegendo os produtos contra alterações, contaminações e agentes externos. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá recolher e promover a

destinação ambientalmente adequada das embalagens secundárias e dos materiais utilizados exclusivamente no transporte das mercadorias.

4.1. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratado, cabendo à contratada executar diretamente as obrigações principais assumidas, sendo vedada a transferência a terceiros da responsabilidade pela execução do objeto.

4.1.1 Não se caracteriza como subcontratação a utilização de terceiros para a execução de atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, tais como transporte, frete, logística e entrega, desde que não haja transferência, total ou parcial, da execução das obrigações principais do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração. O descumprimento desta regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Exclusivamente para os itens que contiverem alimentos manipulados (sanduíches, bolos ou salgadinhos tipo festa), serão exigidos:

I – Alvará Sanitário vigente ou Licença de Funcionamento emitido pela vigilância sanitária municipal ou estadual, conforme o caso, abrangendo o escopo da atividade de manipulação de alimentos.

II – A licitante deverá apresentar profissional responsável técnico, devidamente inscrito no CRN (Conselho Regional de Nutrição). A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(ais) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais) ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional apresentado desde que acompanhada da anuência deste.

5.2. Será exigido atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de objeto similar em quantidade, qualidade e complexidade compatíveis com o objeto da licitação. Para os itens que contiverem alimentos manipulados (sanduíches, bolos ou salgadinhos tipo festa), os atestados devem mencionar alimentos perecíveis e manipulados, sob pena de inabilitação.

5.3. A Administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeito à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto licitado deverá ser disponibilizado conforme indicado na Ordem de Fornecimento nas quantidades, dias, horários e locais situados no Município de São Pedro da Aldeia, conforme especificado neste documento ou nos endereços abaixo indicados:

SECRETARIA	ENDEREÇO
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Trabalho	Rodovia Amaral Km 107, Balneário, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Rua Hermógenes Freire da Costa nº 19, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Cultura	Avenida Francisco Coelho Pereira nº 255, Casa da Cultura, Centro / Rua Francisco Santos Silva nº 555, Teatro Municipal, Nova São Pedro, São Pedro da Aldeia

Secretaria de Educação	Rua Doze de Outubro nº 203, Estação, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Esporte e Lazer	Avenida Francisco Coelho nº 255, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Turismo	Avenida São Pedro nº 147, Centro, São Pedro da Aldeia

6.2. Os produtos industrializados e não perecíveis deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento. As frutas, o gelo e os picolés deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação com antecedência mínima de 4 (quatro) dias. Os bolos, kits lanche, salgadinhos e sanduíches deverão ser entregues na data e no horário indicados, mediante solicitação com antecedência mínima de 4 (quatro) dias.

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência da entrega prevista para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4. Caso os produtos não correspondam às especificações exigidas, apresentem avarias, prazo de validade inadequado ou condições impróprias para consumo, a contratada deverá substituí-los, sem custos adicionais, no prazo máximo de 3 (três) dias para produtos industrializados e não perecíveis e de 4 (quatro) horas para produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, contado da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

6.5. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo previsto para demanda por esta Administração poderá ser de 1 (uma) unidade do quantitativo registrado, sem prejuízo à execução contratual.

6.6. A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega e/ou recolhimento dos produtos nos locais indicados pela Administração, incluindo o custo com transporte, deslocamento, estadia e alimentação dos profissionais envolvidos, bem como o pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, não gerando esta contratação nenhum vínculo empregatício entre o Município e a contratada.

6.7. Assim, a aquisição mostra-se viável pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade de licitação Pregão Eletrônico, com julgamento por menor preço por lote. Em conformidade com a alínea "b" do inciso V e o § 2º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, será adotado o parcelamento do objeto mediante sua divisão em lotes, formados a partir da similaridade, da natureza e da correlação entre os produtos, bem como de suas condições de produção, acondicionamento, conservação, transporte e entrega. Essa organização permitirá que empresas atuantes em segmentos específicos do ramo alimentício participem da disputa pelos lotes compatíveis com sua capacidade operacional, sem que seja exigida a comercialização da totalidade dos itens, favorecendo a ampliação da competitividade, a racionalização da logística de fornecimento e a preservação da qualidade e da segurança dos alimentos e bebidas fornecidos.

7. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

7.1. Os gêneros alimentícios, kits lanche e bebidas serão armazenados pela contratada, até sua efetiva entrega às unidades municipais, em locais apropriados, com condições adequadas de temperatura, higiene e conservação, observadas as normas sanitárias aplicáveis e as informações de guarda constantes nas embalagens dos fabricantes, especialmente quanto à manutenção da cadeia de frio dos produtos congelados e refrigerados, como os picolés de frutas, que deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C

até o momento da entrega, ficando a contratada responsável pela integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração. Após o recebimento, a Administração adotará as condições de armazenamento compatíveis com cada produto, observando a capacidade das unidades destinatárias e a demanda de consumo, especialmente quanto aos gêneros perecíveis, a fim de evitar desperdícios e deterioração.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI), competindo-lhe: anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º; Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II); emitir notificações para a correção da execução do contrato, sempre que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III); informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV); comunicar imediatamente ao gestor do contrato ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, V); comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto

nº 11.246/2022), atuando tempestivamente na solução de eventual descumprimento das obrigações contratuais e reportando ao gestor do contrato quando ultrapassar sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).

8.9. Verificou-se que o Município de São Pedro da Aldeia, até a presente data, não editou regulamento próprio disciplinando os procedimentos de fiscalização e gestão dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021. Assim, à falta de norma municipal específica, adota-se, por analogia e como parâmetro técnico-procedimental, o disposto no Decreto Federal nº 11.246, de 2022, tendo em vista a compatibilidade de seus dispositivos com os princípios da eficiência, da segregação de funções e do controle da execução contratual, sem prejuízo da aplicação direta e prevalente da Lei nº 14.133/2021 e da eventual edição de regulamento municipal específico, que deverá prevalecer sobre a presente analogia tão logo publicado.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. No momento da entrega, os produtos estarão sujeitos à conferência quantitativa e qualitativa, podendo ser recusados total ou parcialmente quando apresentarem divergências em relação às especificações, quantidades, marcas, prazo de validade, condições sanitárias, acondicionamento ou demais condições estabelecidas.

9.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade técnica dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.7. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

9.8. O processo administrativo de pagamento deverá observar as normas e procedimentos constantes na Instrução Normativa municipal nº 001/2025.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor poderá ser selecionado através do Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. De acordo com a pesquisa de preços realizada por meio do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz o montante de **R\$ 2.961.344,83 (dois milhões, novecentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos)**, ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes à estimação do valor final da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Ficha
Secretaria de Agricultura Abastecimento e Trabalho	20.602.033.2.102	3.3.90.39.99.00	554
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	08.244.001.2.160	3.3.90.3099.00	912
	08.245.051.2.153	3.3.90.3099.01	1850
	08.245.048.2.535	3.3.90.3099.02	1843
	14.422.064.2.534	3.3.90.3099.03	1118
	08.245.048.2.535	3.3.90.3099.04	1843
	08.245.047.2.151	3.3.90.3099.05	1860
	08.243.049.2.167	3.3.90.3099.06	1047
	08.241.019.2.453	3.3.90.3099.07	1070
	08.244.049.2.451	3.3.90.3099.08	1082
	08.243.011.2.399	3.3.90.3099.10	1134
Secretaria de Cultura	13.392.007.2.497	3.3.90.30.99.00	305
Secretaria de Educação	12.392.026.2.244	3.3.90.32.99.00	1625
Secretaria de Esporte e Lazer	27.812.007.2.049	3.3.90.30.99.00	227
Secretaria de Turismo	23.695.007.2.048	3.3.90.30.99.00	337

13. ANEXOS AO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. Anexo I — Estimativa do Valor Inicial da Contratação.

São Pedro da Aldeia, 14 de julho de 2026

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
<i>Heltono de Moraes</i>	<i>44864</i>	<i>[Signature]</i>
SECRETÁRIA	MATRÍCULA	RUBRICA
<i>[Signature]</i>		<i>[Signature]</i>

ANEXO I — ESTIMATIVA DO VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unid.	QTD	Unitário	Total
1	Água mineral natural potável sem gás em copo de 200 ml vedado. Com validade mínima de 3 meses na data da entrega.	UND	130.300	R\$ 1,15	R\$ 149.845,00
2	Biscoito salgado similar ao Club Social. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e vitaminas B3, B2 e B1, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio. Pacote de 24 g.	UND	61.900	R\$ 3,72	R\$ 230.268,00
3	Bolo simples, estilo padaria, produzido em forma de aproximadamente 24 cm de diâmetro com furo central, com peso mínimo de 1,2 kg por unidade, sem confeitos ou decoração especial. Preparado com ingredientes de boa qualidade, apresentando textura macia, sabor característico e adequado para consumo em eventos, reuniões e atividades institucionais. Deve ser fornecido fresco, acondicionado de forma higiênica e apropriada para transporte. Sabores sugeridos: fubá com goiabada, laranja, banana com canela, cenoura com cobertura de chocolate, formigueiro e chocolate. Rendimento estimado entre 10 e 15 porções por unidade.	UND	2.000	R\$ 19,65	R\$ 39.300,00
4	Caixa composta por 12 (doze) potes de biscoitos amanteigados sortidos, acondicionados em embalagens individuais com peso líquido de 400 g cada, totalizando aproximadamente 4,8 kg por caixa. Os sabores deverão ser distribuídos de forma sortida, podendo contemplar preferencialmente, entre outros, nata, leite, flocos, choconata, casadinho, recheados de goiabada, leite condensado e chocofesta. As embalagens deverão estar devidamente lacradas, identificadas com informações de fabricação, prazo de validade, peso líquido e demais dados exigidos pela legislação sanitária vigente.	CX	5.000	R\$ 92,00	R\$ 460.000,00
5	Caixa de bombons recheados sabores sortidos: caixa com no mínimo 250 gramas, com aproximadamente 17 unidades. Descr.: recheios variados e diferentes sabores de chocolate, cada bombom embalado individualmente em papel aluminizado, acondicionados em caixa retangular de papelão resistente, reciclável e sem amassados, a embalagem externa deve conter a tabela nutricional, o nome do fabricante, a data de validade (com prazo mínimo de 90 dias a partir da entrega), registro junto a ANVISA. Sugestão de marcas: Nestlé e Lacta.	UND	10.650	R\$ 15,80	R\$ 168.270,00
6	Fruta: banana-prata in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	KG	4.605	R\$ 9,03	R\$ 41.583,15
7	Fruta: maçã Fuji in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada.	KG	4.605	R\$ 12,05	R\$ 55.490,25
8	Fruta: tangerina in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas, peso em média de 103 gramas cada.	KG	4.000	R\$ 4,50	R\$ 18.000,00
9	Gelo escama, saco com 20 kg.	UND	953	R\$ 21,06	R\$ 20.070,18
10	Guaraná copo 290 ml. Extrato natural de guaraná aromatizado artificialmente sacarose. Refresco de guaraná adoçado.	UND	12.100	R\$ 2,50	R\$ 30.250,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC

Proc. nº 12686/2026

Folha nº 268

Rub. _____

11	Kit nº 1: biscoito salgado similar ao Club Social. Pacote de 24 g. 1 - Guaraná copo 290 ml. Extrato natural de guaraná aromatizado artificialmente sacarose. Refresco de guaraná adoçado; 1 unid. de banana-prata; 1 unid. de maçã. Biscoito salgado similar ao Club Social. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e vitaminas B3, B2 e B1, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio.	KT	9.550	R\$ 10,27	R\$ 98.078,50
12	Kit nº 2 - 1 pacote de biscoito de 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; 1 suco de caixinha de 200 ml; 1 bolinho recheado 40 g, chocolate ou morango: massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; 1 água mineral natural potável sem gás, garrafa 510 ml, dentro da data de validade na entrega; 1 unid. de banana-prata in natura com peso aprox. de 190 g, de 1ª qualidade.	KT	13.900	R\$ 14,11	R\$ 196.129,00
13	Kit nº 3 (SEMUC) • 1 pacote de biscoito 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 suco de fruta sabores: laranja, uva, morango ou pêssego, caixa cartonada. Suco de néctar da fruta simples, composto líquido de polpa concentrada, água potável, açúcar podendo ser adicionado de ácidos, possuindo no mínimo 50% da polpa da fruta. Apresentando sabor e aroma características e cor própria. Dentro da validade mínima na data da entrega. Caixa cartonada alumínio 200 mililitro; • 1 bolinho recheado 40 g, chocolate ou morango, massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 água mineral natural potável sem gás, garrafa 510 ml, dentro da data de validade na entrega; • 1 unid. maçã Fuji in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada. • 1 sanduíche queijo com presunto: pão de forma, requeijão, queijo prato e presunto fatiado. Pão de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Requeijão de leite integral. Queijo prato fatiado origem vaca. Presunto sem capa de gordura, cozido, fatiado e resfriado, composto de carne de pernil suíno. Com manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos. Com aprox. 150 g.	KT	15.225	R\$ 23,86	R\$ 363.268,50
14	Kit nº 4 - 1 pacote de biscoito 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; Kit nº 4 (SEMUC) • 1 pacote de biscoito 24 g com 6 crackers de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 suco de fruta sabores: laranja, uva, morango ou pêssego, caixa cartonada. Suco de néctar da fruta simples, composto líquido de polpa concentrada, água potável, açúcar podendo ser adicionado de ácidos, possuindo no mínimo 50% da polpa da fruta. Apresentando sabor e aroma características e cor própria. Dentro da validade mínima na data da entrega. Caixa cartonada alumínio 200 mililitro; • 1 bolinho recheado 40 g, chocolate ou morango, massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico; • 1 água mineral natural potável sem gás, garrafa 510 ml, dentro da data de validade na entrega;	KT	17.625	R\$ 24,09	R\$ 424.586,25



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC

Proc. nº 12686/2026

Folha nº 269

Rub. _____

	1 unid. banana-prata in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas, com aprox. 190 g. 1 sanduíche de frango cremoso 2 pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos, com aprox. 150 g.				
15	Mini ovinhos de chocolate ao leite, embalados individualmente em papel aluminizado colorido, acondicionados em embalagem de 500 g, contendo no mínimo 80 unidades por embalagem.	EMB	500	R\$ 22,80	R\$ 11.400,00
16	Néctar de fruta 1L sabores diversos, incluído versões zero açúcar e normal (abacaxi com hortelã, laranja, uva, caju, manga e pêssego).	UNID	2.000	R\$ 9,00	R\$ 18.000,00
17	Néctar de fruta, caixinha 200 ml, com canudo, pronto para beber, natural, contém no mínimo 30% de suco ou polpa de fruta, sem adição de conservantes. Diversos sabores, principalmente uva e laranja. Na data da entrega não deve ter sido ultrapassado 10% do tempo de validade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade.	UND	16.650	R\$ 3,28	R\$ 54.612,00
18	Ovo de Páscoa, confeccionado em chocolate ao leite, com peso líquido mínimo de 350 g (trezentos e cinquenta gramas) por unidade, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, própria para a conservação, proteção e transporte do produto. Cada unidade deverá conter 1 (um) item adicional, consistente em brinde infantil surpresa ou bombom, acondicionado conforme as especificações do fabricante. O produto deverá ser fabricado por estabelecimento regularmente registrado junto aos órgãos competentes, atendendo aos padrões de identidade e qualidade, às normas sanitárias vigentes e à legislação aplicável, inclusive às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis. A embalagem deverá apresentar, de forma legível, todas as informações obrigatórias previstas na legislação vigente, incluindo, no mínimo, identificação do fabricante, denominação de venda, lista de ingredientes, declaração de alergênicos, informações nutricionais, conteúdo líquido, número do lote, data de fabricação e prazo de validade. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com embalagens íntegras e lacradas, e com prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante.	UND	500	R\$ 39,00	R\$ 19.500,00
19	Picolés de frutas (sabores variados) produzido em processo tecnológico adequado, moldado e congelado em condições que garantam a sua conservação no estado congelado durante a armazenagem, o transporte e a entrega. Deverá apresentar-se na forma sólida, em formato de picolé, com palito de madeira, em porções individuais com peso líquido entre 60 (sessenta) e 70 (setenta) gramas, no mínimo cinco sabores distintos devidamente embalados contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais.	UND	40.250	R\$ 4,41	R\$ 177.502,50
20	Refrigerante 1,5 l sabores diversos, incluído versões zero açúcar e normal (sabores sugeridos: cola, guaraná, uva).	UNID	2.000	R\$ 7,45	R\$ 14.900,00
21	Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto,	CENTO	1.950	R\$ 81,87	R\$ 159.646,50

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 12686/2026
Folha nº 270
Rub.

	enroladinho de salsicha e kibe. Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe				
22	Sanduiche de frango cremoso 2 pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduiche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos. Sanduiche de frango cremoso 2 pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduiche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.	UND	11.750	R\$ 9,98	R\$ 117.265,00
23	Sanduiche de queijo e presunto: pão de forma, requeijão, queijo prato e presunto fatiado. Pão de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Requeijão de leite integral, creme de leite, cloreto de cálcio, coagulante, fermento lácteo, emulsificantes (450II, 452I, 450V, 451II), regulador de acidez ácido láctico, conservador sorbato de potássio e nisina. Queijo prato fatiado origem vaca transportado e conservado em temperatura não superior a 12C. Presunto sem capa de gordura, cozido, fatiado e resfriado, composto de carne de pernil suíno. Com manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem em papel filme, sanduiche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.	UND	10.150	R\$ 9,20	R\$ 93.380,00

ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 01

UN 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
1	água mineral natural potável sem gás em copo de 200 ml vedado. Com validade mínima de 3 meses na data da entrega	unid	130.300,00	1,30	169.390,00
Desc:					
10	Guaraná copo 290ml. Extrato natural de guaraná aromatizado artificialmente sacarose. Refresco de guaraná adoçado	unid	12.100,00	1,48	17.908,00
Desc:					
16	Néctar de fruta 1 L sabores diversos, incluído verões zero açúcar e normal (Abacaxi com Hortelã, Laranja, Uva, Caju, Manga e pêssego).	UNI	2.000,00	9,00	18.000,00
Desc:					
17	NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO O U POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA D A ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CON TER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE.	UND	16.650,00	3,42	56.943,00
Desc:					
20	Refrigerante 1,5 L sabores diversos, incluído versões zero açúcar e normal (Sabores Sugeridos, Cola, Guaraná, uva).	UNI	2.000,00	8,28	16.560,00
Desc:					
				Subtotal --	278.801,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 02

UN 1,00

subitem(s):	Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
11 KIT Nº 1 Desc: KIT Nº 1:BISCOITO SALGADO SIMILAR AO CLUB SOCIAL.PACOTE DE 24G. 1 - GUARANÁ COPO 290ML. EXTRATO NATURAL DE GUARANÁ AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE SACAROSE. REFRESCO DE GUARANÁ ADOÇADO; 1 UNID. DE BANANA PRATA ; 1 UNID. DE MAÇA . BISCOITO SALGADO SIMILAR AO CLUB SOCIAL. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINAS B3, B2 E B1, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE AMÔNIO, FOSFATO MONOCÁLCICO E BICARBONATO DE SÓDIO E MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO.	KIT	9.550,00	8,57	81.843,50
12 KIT Nº 2 Desc: KIT Nº 2 : 1 PACOTE DE BISCOITO DE 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO;NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO OU POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA DA ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. 1 BOLINHO RECHEADO 40G, CHOCOLATE OU MORANGO: MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; 1 ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL SEM GÁS, GARRAFA 510ML, DENTRO DA DATA DE VALIDADE NA ENTREGA; 1 UNID. DE BANANA PRATA IN NATURA COM PESO APROX. DE 190G, DE 1º QUALIDADE	KIT	13.900,00	11,87	164.993,00
13 KIT Nº 3 Desc: KIT Nº 3 : 1 PACOTE DE BISCOITO 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO ; - 1 NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO OU POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA DA ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. ; - 1 BOLINHO RECHEADO 40G, CHOCOLATE OU MORANGO, MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; - 1 ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL SEM GÁS, GARRAFA 510ML, DENTRO DA DATA DE VALIDADE NA ENTREGA; - 1 UNID. MAÇÃ FUJI IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, MADURA, BEM FORMADA, INTEIRA E Sã, DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, SEM LESÕES, SEM MANCHAS, AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TERROSOS, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. PESO EM MÉDIA 120 GRAMAS CADA. - 1 SANDUICHE QUEIJO COM PRESUNTO: PÃO DE FORMA, REQUEIJÃO, QUEIJO PRATO E PRESUNTO FATIADO. PÃO DE FORMA TIPO TRADICIONAL, PEÇA FATIADA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO. REQUEIJÃO DE LEITE INTEGRAL. QUEIJO PRATO FATIADO ORIGEM VACA. PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA, COZIDO, FATIADO E RESFRIADO, COMPOSTO DE CARNE DE PERNIL SUÍNO. COM MANTEIGA COM SAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM EM PAPEL FILME, SANDUICHE FRIO PRODUTOS ZIDO NA DATA DE ENTREGA COM VALIDADE DOS PRODUTOS. COM APROX. 150G.	KIT	15.225,00	24,56	373.926,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 02

UN 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
14	KIT Nº 4	KIT	17.625,00	24,06	424.057,50
Desc: KIT Nº 4 : 1 PACOTE DE BISCOITO 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; KIT Nº 4 (SEMUC)					
- 1 PACOTE DE BISCOITO 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO;					
- NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO O					
U POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA D					
A ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CON					
TER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA					
DE VALIDADE.					
- 1 BOLINHO RECHEADO 40G, CHOCOLATE OU MORANGO, MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIF					
O FÓLICO;					
- 1 ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL SEM GÁS, GARRAFA 510ML, DENTRO DA DATA DE VALIDADE NA ENTREGA;					
- 1 UNID. BANANA PRATA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, EM PENCAS, FRESCA, GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, APRESENTAND					
O GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO. COR CARACTERÍSTICA. SEM LESÕES, SEM MANCHAS, AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TERROSO					
S, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM APROX. 190G.					
- 1 SANDUICHE DE FRANGO CREMOSO – 2 PÃES DE FORMA TIPO TRADICIONAL, PEÇA FATIADA, COMPOSTO DE FARINH					
A DE TRIGO. FRANGO COZIDO DESFIADO TEMPERADO, MAIONESE, MILHO, CENOURA RALADA, EMBALAGEM EM PAPEL FILM					
E, SANDUICHE FRIO PRODUZIDO NA DATA DE ENTREGA COM VALIDADE DOS PRODUTOS, COM APROX. 150G					
				Subtotal --	1.044.820,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 03

UN 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
6	Fruta: Banana prata in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, apresentando grau médio de maturação. C or característica. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas	KG	4.605,00	8,56	39.418,80
Desc:					
7	Fruta: Maça Fuji in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada.	Kg	4.605,00	12,07	55.582,35
Desc:					
8	FRUTA: TANGERINA IN NATURA, DE 1º QUALIDADE:	Kg	4.000,00	5,39	21.560,00
Desc: FRUTA: TANGERINA IN NATURA, DE 1º QUALIDADE, MADURA, BEM FORMADA, INTEIRA E SÃ, DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, SEM LESÕES, SEM MANCHAS, AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TERROSOS, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, PESO EM MÉDIA de 103 g ramas cada.					
				Subtotal --	116.561,15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 04 -

unid 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
5	Caixa de bombons recheados sabores sortidos: caixa com no mínimo 250 gramas, com aproximadamente 17 unidades.	UND	10.650,00	17,20	183.180,00
Desc: recheios variados e diferentes sabores de chocolate, cada bombom embalado individualmente em papel aluminizado, acondicionados em caixa retangular de papelão resistente, reciclável e sem amassados, a embalagem externa deve conter a tabela nutricional, o nome do fabricante, a data de validade (com prazo mínimo de 90 dias a partir da entrega), registro junto a ANVISA. Sugestão de marcas: Nestlé e Lacta.					
15	Mini ovinhos de chocolate ao leite, embalados individualmente em papel aluminizado colorido, acondicionadas embalagem de 500 g, contendo no mínimo 80 unidades por embalagem.	EMB	500,00	27,73	13.865,00
Desc:					
18	Ovo de Páscoa, confeccionado em chocolate ao leite, com peso líquido mínimo de 350 g (trezentos e cinquenta gramas) por unidade, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, própria para a conservação, proteção e transporte do produto. Cada unidade deverá conter 1 (um) item adicional, consistente em brinde infantil surpresa ou bombom, acondicionado conforme as especificações do fabricante.	Unid	500,00	53,87	26.935,00
Desc: O produto deverá ser fabricado por estabelecimento regularmente registrado junto aos órgãos competentes, atendendo aos padrões de identidade e qualidade, às normas sanitárias vigentes e à legislação aplicável, inclusive às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis.					
A embalagem deverá apresentar, de forma legível, todas as informações obrigatórias previstas na legislação vigente, incluindo, no mínimo, identificação do fabricante, denominação de venda, lista de ingredientes, declaração de alergênicos, informações nutricionais, conteúdo líquido, número do lote, data de fabricação e prazo de validade.					
Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com embalagens íntegras e lacradas, e com prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante.					
				Subtotal --	223.980,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 05 -

Unid 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
21	Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe.	CENTO	1.950,00	73,17	142.681,50
Desc: Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe.					
22	Sanduíche de frango cremoso – 2 Pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.	UN	11.750,00	12,03	141.352,50
Desc: Sanduíche de frango cremoso – 2 Pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.					
23	Sanduíche de queijo e presunto: pão de forma, requeijão, queijo prato e presunto fatiado. Pão de forma tipo tradicional, peça fatiada, com posto de farinha de trigo. Requeijão de Leite integral, creme de leite, cloreto de cálcio, coagulante, fermento lácteo, emulsificantes (450ii, 452i, 450v, 451ii), regulador de acidez ácido láctico, conservador sorbato de potássio e nisina.	unid	10.150,00	12,08	122.612,00
Desc: Queijo prato fatiado origem vaca transportado e conservado em temperatura não superior a 12C. Presunto sem capa de gordura, cozido, fatiado e resfriado, composto de carne de pernil suíno. Com manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem em papel filme, sanduíche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.					
				Subtotal --	406.646,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 06 -

RL 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
2	Biscoito salgado similar ao Club Social. INGREDIENTES: Farinha de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e vitaminas B3, B2 e B1, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio. Pacote de 24g.	unid	61.900,00	1,67	103.373,00
Desc:					
4	Caixa composta por 12 (doze) potes de biscoitos amanteigados sortidos	CX	5.000,00	113,03	565.150,00
Desc: acondicionados em embalagens individuais com peso líquido de 400 g cada, totalizando aproximadamente 4,8 kg por Caixa. Os sabores deverão ser distribuídos de forma sortida, podendo contemplar preferencialmente, entre outros, nata, leite, flocos, chocolate, casadinho, recheado de goiabada, leite condensado e choco festa. As embalagens deverão estar devidamente lacradas, identificadas com informações de fabricação, prazo de validade, peso líquido e demais dados exigidos pela legislação sanitária vigente.					
				Subtotal --	668.523,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026 Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026 Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

Lote 07 -

unid 1,00

subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
3	Bolo simples, estilo padaria, produzido em forma de aproximadamente 24 cm de diâmetro com furo central, com peso mínimo de 1,2 kg por unidade, sem confeitos ou decoração especial.	UNI	2.000,00	24,53	49.060,00
Desc: Preparado com ingredientes de boa qualidade, apresentando textura macia, sabor característico e adequado para consumo em eventos, reuniões e atividades institucionais. Deve ser fornecido fresco, acondicionado de forma higiênica e apropriada para transporte. Sabores sugeridos: fubá com goiabada, laranja, banana com canela, cenoura com cobertura de chocolate, formigueiro e chocolate. Rendimento estimado entre 10 e 15 porções por unidade.					
				Subtotal --	49.060,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026		Processo Adm: 12686/2026			
Data do Certame: 21/10/2026		Hora: 09:00		Tipo de Licitação: Menor preço p/Item	
Produto:				Pregão Eletrônico	
Lote 08 -				Uni.	Qtde
				unid	1,00
subitem(s):		Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
19 Picolé de frutas (sabores variados).		unid	40.250,00	3,22	129.605,00
Desc:				Subtotal --	129.605,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Pregão: 537/2026

Processo Adm: 12686/2026

Data do Certame: 21/10/2026

Hora: 09:00

Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Pregão Eletrônico

Produto:

Uni. Qtde

LOTE 09

CX 1,00

subitem(s):

9 Gelo escama, saco com 20kg.

Und.	Qtd	Pr. Médio	Pr. Médio Total
UN	953,00	22,60	21.537,80

Desc: Gelo escama, saco com 20kg.

Subtotal -- 21.537,80

Valor Global Geral -- 2.939.533,95

ANEXO III
PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:			Uni.	Qtde			
Lote 01			UN	1,00			
subitem(s):			Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
1	água mineral natural potável sem gás em copo de 200 ml vedado. Com validade mínima unid de 3 meses na data da entrega				130.300,00		
Desc:							
10	Guaraná copo 290ml. Extrato natural de guaraná aromatizado artificialmente sacarose. unid Refresco de guaraná adoçado				12.100,00		
Desc:							
16	Néctar de fruta 1 L sabores diversos, incluído verões zero açúcar e normal (Abacaxi comUNI Hortelã, Laranja, Uva, Caju, Manga e pêssego).				2.000,00		
Desc:							
17	NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NA UND TURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO OU POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA DA ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO D E VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚ MERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE.				16.650,00		
Desc:							
20	Refrigerante 1,5 L sabores diversos, incluído versões zero açúcar e normal (Sabores Su UNI geridos, Cola, Guaraná, uva).				2.000,00		
Desc:							
						Subtotal --	
						Total --	

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
Lote 02	UN	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
11 KIT Nº 1	KIT		9.550,00		
Desc: KIT Nº 1: BISCOITO SALGADO SIMILAR AO CLUB SOCIAL. PACOTE DE 24G. 1 - GUARANÁ COPO 290ML. EXTRATO NATURAL DE GUARANÁ AROMATIZADO ARTIFICIALMENTE SACAROSE. REFRESCO DE GUARANÁ ADOÇADO; 1 UNID. DE BANANA PRATA; 1 UNID. DE MAÇA. BISCOITO SALGADO SIMILAR AO CLUB SOCIAL. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINAS B3, B2 E B1, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE AMÔNIO, FOSFATO MONOCÁLCICO E BICARBONATO DE SÓDIO E MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO.					
12 KIT Nº 2	KIT		13.900,00		
Desc: KIT Nº 2 : 1 PACOTE DE BISCOITO DE 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO OU POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA DA ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. 1 BOLINHO RECHEADO 40G, CHOCOLATE OU MORANGO: MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; 1 ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL SEM GÁS, GARRAFA 510ML, DENTRO DA DATA DE VALIDADE NA ENTREGA; 1 UNID. DE BANANA PRATA IN NATURA COM PESO APROX. DE 190G, DE 1º QUALIDADE					
13 KIT Nº 3	KIT		15.225,00		
Desc: KIT Nº 3 : 1 PACOTE DE BISCOITO 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; - 1 NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO OU POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA DA ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. ; - 1 BOLINHO RECHEADO 40G, CHOCOLATE OU MORANGO, MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; - 1 ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL SEM GÁS, GARRAFA 510ML, DENTRO DA DATA DE VALIDADE NA ENTREGA; - 1 UNID. MAÇA FUJI IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, MADURA, BEM FORMADA, INTEIRA E Sã, DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, SEM LESÕES, SEM MANCHAS, AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TERROSOS, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. PESO EM MÉDIA 120 GRAMAS CADA. - 1 SANDUÍCHE QUEIJO COM PRESUNTO: PÃO DE FORMA, REQUEijão, QUEIJO PRATO E PRESUNTO FATIADO. PÃO DE FORMA TIPO TRADICIONAL, PEÇA FATIADA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO. REQUEijão DE LEITE INTEGRAL. QUEIJO PRATO FATIADO ORIGEM VACA. PRESUNTO SEM CAPA DE GORDURA, COZIDO, FATIADO E REQUEijado, COMPOSTO DE CARNE DE PERNIL SUÍNO. COM MANTEIGUA COM SAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM EM PAPEL FILM					

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
Lote 02	UN	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
13 KIT Nº 3 E, SANDUICHE FRIO PRODUZIDO NA DATA DE ENTREGA COM VALIDADE DOS PRODUTOS. COM APROX. 150G.	KIT	_____	15.225,00	_____	_____
14 KIT Nº 4 Desc: KIT Nº 4 : 1 PACOTE DE BISCOITO 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; KIT Nº 4 (SEMUC) - 1 PACOTE DE BISCOITO 24G COM 6 CRACKERS DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; -NÉCTAR DE FRUTA, CAIXINHA 200ML, COM CANUDO, PRONTO PARA BEBER, NATURAL, CONTÉM NO MÍNIMO 30% DE SUCO OU POLPA DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES. DIVERSOS SABORES, PRINCIPALMENTE UVA E LARANJA. NA DATA DA ENTREGA NÃO DEVE TER SIDO ULTRAPASSADO 10% DO TEMPO DE VALIDADE DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE. - 1 BOLINHO RECHEADO 40G, CHOCOLATE OU MORANGO, MASSA DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; - 1 ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL SEM GÁS, GARRAFA 510ML, DENTRO DA DATA DE VALIDADE NA ENTREGA; - 1 UNID. BANANA PRATA IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE, EM PENCA S, FRESCA, GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, APRESENTANDO GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO. COR CARACTERÍSTICA. SEM LESÕES, SEM MANCHAS, AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TERROSOS, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM APROX. 190G. - 1 SANDUICHE DE FRANGO CREMOSO – 2 PÃES DE FORMA TIPO TRADICIONAL, PEÇA FATIADA, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO. FRANGO COZIDO DESFIADO TEMPERADO, MAIONESE, MILHO, CENOURA RALADA, EMBALAGEM EM PAPEL FILME, SANDUICHE FRIO PRODUZIDO NA DATA DE ENTREGA COM VALIDADE DOS PRODUTOS, COM APROX. 150G	KIT	_____	17.625,00	_____	_____

Subtotal -- _____
Total -- _____

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:				Uni.	Qtde	
Lote 03				UN	1,00	
subitem(s):		Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
6	Fruta: Banana prata in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tam anho, apresentando grau médio de maturação. Cor característica. Sem lesões, sem man chas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas	KG		4.605,00		
Desc:						
7	Fruta: Maça Fuji in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloraKg ção própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasi tas e larvas. Peso em média 120 gramas cada.			4.605,00		
Desc:						
8	FRUTA: TANGERINA IN NATURA, DE 1º QUALIDADE:	Kg		4.000,00		
Desc: FRUTA: TANGERINA IN NATURA, DE 1º QUALIDADE, MADURA, BEM F ORMADA, INTEIRA E SÃ, DE COLORAÇÃO PROPRIA, SEM LESÕES, S EM MANCHAS, AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TERROSOS, SUJIDADES, P ARASITAS E LARVAS, PESO EM MÉDIA de 103 gramas cada.						
				Subtotal --		
				Total --		

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
Lote 04 -	unid	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
5 Caixa de bombons recheados sabores sortidos: caixa com no mínimo 250 gramas, com aproximadamente 17 unidades.	UND		10.650,00		
Desc: recheios variados e diferentes sabores de chocolate, cada bombom embalado individualmente em papel aluminizado, acondicionados em caixa retangular de papelão resistente, reciclável e sem amassados, a embalagem externa deve conter a tabela nutricional, o nome do fabricante, a data de validade (com prazo mínimo de 90 dias a partir da entrega), registro junto a ANVISA. Sugestão de marcas: Nestlé e Lacta.					
15 Mini ovinhos de chocolate ao leite, embalados individualmente em papel aluminizado com aroma de chocolate, acondicionadas em embalagem de 500 g, contendo no mínimo 80 unidades por embalagem.	EMB		500,00		
Desc:					
18 Ovo de Páscoa, confeccionado em chocolate ao leite, com peso líquido mínimo de 350 g (trezentos e cinquenta gramas) por unidade, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, própria para a conservação, proteção e transporte do produto. Cada unidade deverá conter 1 (um) item adicional, consistente em brinde infantil surpresa ou bombom, acondicionado conforme as especificações do fabricante.	Unid		500,00		
Desc: O produto deverá ser fabricado por estabelecimento regularmente registrado junto aos órgãos competentes, atendendo aos padrões de identidade e qualidade, às normas sanitárias vigentes e à legislação aplicável, inclusive às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicáveis.					
A embalagem deverá apresentar, de forma legível, todas as informações obrigatórias previstas na legislação vigente, incluindo, no mínimo, identificação do fabricante, denominação de venda, lista de ingredientes, declaração de alergênicos, informações nutricionais, conteúdo líquido, número do lote, data de fabricação e prazo de validade.					
Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de conservação, com embalagens íntegras e lacradas, e com prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante.					

Subtotal -- _____
Total -- _____

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:				Uni.	Qtde	
Lote 05 -				Unid	1,00	
subiten(s):		Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
21	Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe.	CENTO		1.950,00		
Desc: Salgadinho tipo de festa, frito. Sabores variados: coxinha de frango, bolinha de queijo, rissole de queijo e presunto, enroladinho de salsicha e kibe.						
22	Sanduiche de frango cremoso – 2 Pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduiche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.	UN		11.750,00		
Desc: Sanduiche de frango cremoso – 2 Pães de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Frango cozido desfiado temperado, maionese, milho, cenoura ralada, embalagem em papel filme, sanduiche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.						
23	Sanduiche de queijo e presunto: pão de forma, requeijão, queijo prato e presunto fatiado . Pão de forma tipo tradicional, peça fatiada, composto de farinha de trigo. Requeijão de Leite integral, creme de leite, cloreto de cálcio, coagulante, fermento lácteo, emulsificantes (450ii, 452i, 450v, 451ii), regulador de acidez ácido láctico, conservador sorbato de potássio e nisina.	unidade		10.150,00		
Desc: Queijo prato fatiado origem vaca transportado e conservado em temperatura não superior a 12C. Presunto sem capa de gordura, cozido, fatiado e refrito, composto de carne de pernil suíno. Com manteiga com sal de primeira qualidade. Embalagem em papel filme, sanduiche frio produzido na data de entrega com validade dos produtos.						

Subtotal -- _____

Total -- _____

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
Lote 06 -	RL	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
2 Biscoito salgado similar ao Club Social. INGREDIENTES: Farinha de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico e vitaminas B3, B2 e B1, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabissulfito de sódio. Pacote de 24g.			61.900,00		
Desc:					
4 Caixa composta por 12 (doze) potes de biscoitos amanteigados sortidos	CX		5.000,00		
Desc: acondicionados em embalagens individuais com peso líquido de 400 g cada, totalizando aproximadamente 4,8 kg por Caixa. Os sabores deverão ser distribuídos de forma sortida, podendo contemplar preferencialmente, entre outros, nata, leite, flocos, chocolate, casadinho, recheado de goiabada, leite condensado e chocolate festa. As embalagens deverão estar devidamente lacradas, identificadas com informações de fabricação, prazo de validade e, peso líquido e demais dados exigidos pela legislação sanitária vigente.					

Subtotal -- _____
Total -- _____

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
Lote 07 -	unid	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
3 Bolo simples, estilo padaria, produzido em forma de aproximadamente 24 cm de diâmetro com furo central, com peso mínimo de 1,2 kg por unidade, sem confeitos ou decoração especial.			2.000,00		
Desc: Preparado com ingredientes de boa qualidade, apresentando textura macia, sabor característico e adequado para consumo em eventos, reuniões e atividades institucionais. Deve ser fornecido fresco, acondicionado de forma higiênica e apropriada para transporte. Sabores sugeridos: fubá com goiabada, laranja, banana com canela, cenoura com cobertura de chocolate, formiguelo e chocolate. Rendimento estimado entre 10 e 15 porções por unidade.					

Subtotal -- _____

Total -- _____

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
Lote 08 -	unid	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
19 Picolé de frutas (sabores variados).	unid		40.250,00		

Desc: _____

Subtotal -- _____

Total -- _____

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

Nome da Firma ou Razão Social: _____	Processo Adm: 12686/2026
Data: _____	Pregão: 537/2026
Endereço: _____	Data: 21/10/2026
CNPJ: _____	Horário: 09:00
Inscrição Estadual: _____	
Inscrição Municipal: _____	
Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____	

Produto:	Uni.	Qtde
LOTE 09	CX	1,00

subitem(s):	Und.	Marca	Qtd	Valor	Valor Total
9 Gelo escama, saco com 20kg.	UN	_____	953,00	_____	_____

Desc: Gelo escama, saco com 20kg.

Subtotal -- _____
Total -- _____

Valor Total: _____

Por extenso: _____

Prazo de entrega do objeto conforme o edital

Validade da Proposta 60 dias

Condições de pagamento conforme o edital

Qualificação do representante legal:

Assinatura/Carimbo do Responsável

ANEXO V

(Papel timbrado da Empresa)

(Modelo)

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DOS LIMITES DE FATURAMENTO BRUTO
PARA ENQUADRAMENTO EM MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

Pregão Eletrônico nº 537/2026

A Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por seu representante legal xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que, no ano-calendário vigente, não possui contratos cujos valores não ultrapassem os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 para fins de obtenção dos benefícios estabelecidos pela referida Lei, na forma do artigo 4º, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

xx

Local e Data

xx

Assinatura do representante legal e o

Carimbo do CNPJ da empresa

ANEXO VI

(Papel timbrado da Empresa)

(Modelo)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Pregão Eletrônico nº 537/2026

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente (ILC), liquidez geral (ILG) e solvência geral (SG).

ILC= Ativo Circulante
Passivo Circulante

ILG= Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

SG= Ativo Total
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Índice de Liquidez Corrente	Índice igual ou maior que 1,00
Índice de Liquidez Geral	Índice igual ou maior que 1,00
Solvência Geral	Índice igual ou maior que 1,00

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Local e Data

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura do representante legal e o
Carimbo do CNPJ da empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura do Contador

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 537/2026

PROCESSO Nº 12686/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, com sede na Rua Marques da Cruz nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.909.604/0001-74, neste ato representada pelo (a) Secretário (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro (a), portador (a) da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, nomeado (a) pela Portaria nº xxxxxxxx, de xx de xxxxxxxx de xxxxxx, no uso das atribuições que lhe conferem o art. xx do Decreto Municipal nº xxx, de xxxxxxxxxxxxxxxx, publicado no Informativo São Pedro da Aldeia nº xxx, de xx de xxx de xxx, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo do Município, considerando a homologação, em xx de xxxxxxxxxxxx de xxxxxxxxxxxx, da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 537/2026, para **REGISTRO DE PREÇOS**, vinculado ao Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, doravante denominada(s) **FORNECEDOR(ES)**, de acordo com a classificação alcançada e na quantidade cotada, em atendimento às condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de kits lanche, gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, alimentos prontos, industrializados e in natura, além de bebidas, visando atender as demandas das Secretaria interessadas, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/21.

SECRETARIA INTERESSADA: Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Trabalho, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Turismo.

2. DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. A partir desta data, observada a ordem de classificação, fica registrado o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o eventual fornecimento de xxxxxxxxxxxxxxxx.

Empresa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, as especificações, as quantidades e as demais condições propostas são as que se seguem:

Da Ata de Registro de Preço)

Nome da Empresa							
LOTE	ESPECIFICAÇÃO	MARC A	UNIDADE	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
				mínim a	máxim a		

3.2. Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado (Anexo I da Ata).

3.3. Os preços e quantitativos dos licitantes que optarem por cotar seus bens ou serviços nos valores das suas propostas originais, observada a ordem de classificação no certame (Anexo I da Ata)

3.4. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo previsto para demanda por esta administração, poderá ser de até 1 (uma) unidade do quantitativo registrado.

3.5. O registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, para formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, conforme art. 18º, III, § 1º do Decreto Municipal 133/2023.

4. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei 14.133/21.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata, não haverá, por parte do Município, a obrigação de firmar contratações que dela possa advir, sendo facultada a opção de realização de novo certame licitatório específico para a aquisição do serviço pretendido.

4.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/21, o Município poderá, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e realizar outro processo licitatório.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, na condição de Órgão Gerenciador do Registro de Preços, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle da presente Ata.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº [14.133](#), de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº [14.133](#), de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas

6.2.2. Na hipótese prevista no item 6.2.1, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Municipal nº 133/2023.

6.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto do item 7.5, “c” e do art. 29 do Decreto Municipal nº 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal nº 133/2023.

6.2.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.6. Para fins do disposto no item anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 28 do Decreto Municipal nº 133/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº [14.133](#), de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Municipal nº 133/2023.

6.2.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 133/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.10. Na hipótese de comprovação do disposto no item 6.2.5 e 6.2.6, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.11. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que

avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto Municipal nº 133/2023.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 133/2023; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº [14.133](#), de 2021.

7.2. Na hipótese prevista na alínea “d” do item anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.2.3 e § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto Municipal nº 133/2023.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços - ARP poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Municipal nº 133/2023.

8.5. Para fins do disposto no item 8.1, competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública que não participaram da Intenção de Registro de Preço poderão aderir àquela na condição de não participante, devendo ser observado, ainda, o disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 133/2023 e os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº [14.133](#), de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

9.2. O processo de adesão deve ser instruído, no mínimo, com os seguintes elementos:

- a) instrumentos preparatórios para as contratações previstos na Lei nº 14.133/21, especialmente estudo técnico preliminar, documento de formalização da demanda e termo de referência ou projeto básico;
- b) análise qualitativa do objeto registrado, que demonstre atender, integralmente, às necessidades do órgão ou entidade aderente, em especial quanto às condições de execução, recebimento e pagamento e às garantias ofertadas;
- c) justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- d) demonstração, por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/21, de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados no mercado;
- e) prévia consulta ao órgão ou entidade gerenciadora e ao fornecedor;
- f) ato formal de aceitação do órgão ou entidade gerenciadora, com expressa declaração de que a adesão pretendida está dentro dos limites legais (art. 86, §§ 4º e 5º da Lei nº 14.133/21);
- g) ato formal de aceitação do fornecedor, com expressa declaração de que possui condições para atender à pretendida contratação decorrente da adesão sem prejuízo dos compromissos já assumidos; e
- h) comprovação da realização de pesquisa de atas de registro de preços vigentes para o objeto no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e justificativa da escolha, na eventual existência de alternativas.

9.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5. Para as adesões à ata, deverão ser observados os limites estabelecidos no artigo 32 do Decreto Municipal nº 133/2023.

10. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A publicação resumida desta Ata de registro de Preços, é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o 5º (quinto) dia útil ao de sua assinatura.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Órgão Gerenciador poderá, desde que seja conveniente aos interesses administrativos, cancelar a Ata de Registro de Preços, tendo o licitante o direito de contraditório e ampla defesa.

11.2. O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do Órgão Gerenciador.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA:

12.1.1. Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

12.1.2. Exigir do Contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo e condições previstos;

12.1.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, se necessário;

12.1.7. Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual.

12.2 DO FORNECEDOR:

12.2.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria interessada, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

12.2.2. Executar o contrato na forma estabelecida no termo de referência;

12.2.3. Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados

por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021 combinado com os artigos 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

12.2.4. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Secretaria Municipal Requisitante, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, quando se tratar de produtos industrializados e não perecíveis, e de 04 (quatro) horas, quando se tratar de produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, o produto que apresentar avarias, defeitos ou desconformidade com as especificações contratadas;

12.2.5. Comunicar à Administração, no prazo de pelo menos 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

12.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

12.2.9. Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;

12.2.10. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/21;

12.2.11. Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel execução do objeto deste contrato;

12.2.12. Arcar com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto do Termo de Referência, incluindo todos os custos e encargos;

12.2.13. Ficará a cargo da Contratada os custos com transporte dos materiais e locomoção de pessoal necessário à execução do fornecimento, bem como quaisquer despesas com material a ser utilizado;

12.2.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e artigos 63, IV e 92, XVII ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e

12.2.15. Manter as informações e dados desta Administração Pública e de seus servidores em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13. PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

13.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

13.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

13.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

13.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

13.8. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

13.9. As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

13.10. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

13.10.1 A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas

14. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O objeto licitado deverá ser disponibilizado nos prazos abaixo, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da solicitação da Administração, conforme a natureza do objeto:

a) Os produtos industrializados e não perecíveis deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

b) As frutas, o gelo e os picolés deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação realizada com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

c) Os bolos, os kits lanche, os salgadinhos e os sanduíches deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação realizada com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

14.2. O objeto licitado deverá ser disponibilizado nas quantidades, dias, horários e locais situados no Município de São Pedro da Aldeia, conforme especificado neste documento ou nos endereços abaixo indicados:

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Trabalho	Rodovia Amaral Km 107, Balneário, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Rua Hermógenes Freire da Costa nº 19, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Cultura	Avenida Francisco Coelho Pereira nº 255, Casa da Cultura, Centro / Rua Francisco Santos Silva

	nº 555, Teatro Municipal, Nova São Pedro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Educação	Rua Doze de Outubro nº 203, Estação, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Esporte e Lazer	Avenida Francisco Coelho nº 255, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Turismo	Avenida São Pedro nº 147, Centro, São Pedro da Aldeia

14.3. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

14.4. Os alimentos não perecíveis, fornecidos de forma individual ou nos Kits, deverão estar devidamente industrializados, envasados em embalagens originais de fábrica, íntegras, invioladas e apropriadas para o tipo de produto, assegurando a conservação da qualidade e a proteção contra contaminações.

14.5. Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade na data da entrega conforme descrição do item e, nos demais casos, com prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de validade.

14.6. As embalagens deverão conter de forma impressa, legível e indelével: nome do produto, composição/ingredientes, informações nutricionais, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, número de lote, identificação do fabricante, CNPJ e o número de registro ou notificação junto à ANVISA ou MAPA, conforme a categoria do alimento.

14.7. É vedado o fornecimento de produtos com rótulos adulterados, rasurados ou com sinais de má conservação.

14.8. As frutas *in natura*, fornecidas de forma individual ou nos Kits, deverão ser de primeira qualidade, próprias para o consumo humano, apresentando-se maduras, firmes, inteiras, bem formadas, com coloração, aroma e sabor característicos da espécie.

14.9. Cada kit deverá ser acondicionado individualmente, com embalagem confeccionada em material plástico do tipo polietileno (PEBD ou PEAD) ou similar, atóxico, com espessura mínima de 100 (cem) micras, garantindo resistência, higiene e proteção contra umidade, poeira, insetos e outras impurezas externas.

14.10. Cada embalagem deverá conter, de forma legível, permanente e visível, a devida identificação com as seguintes informações: nome do kit, nome do fornecedor e respectivo CNPJ, data de montagem, prazo de validade do item de menor validade, condições de conservação recomendadas (como “manter refrigerado”).

14.11. Os picolés de frutas deverão ser produzidos em processo tecnológico adequado, moldados e congelados em condições higiênico-sanitárias que garantam sua conservação durante armazenagem, transporte e entrega, respeitando a cadeia de frio, em porções individuais com peso líquido entre 60 e 70 gramas, com no mínimo cinco sabores distintos, devidamente embalados e identificados. Durante o transporte deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C, com uso de caixa térmica apropriada ou veículo refrigerado.

14.12. Os salgadinhos deverão ser entregues fritos, frescos e prontos para consumo imediato, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, limpas e resistentes, que preservem sua integridade, sabor, textura e temperatura adequada. Os produtos deverão apresentar aspecto, aroma e consistência característicos, sem excesso de óleo, sinais de deterioração ou contaminação, atendendo às condições higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.

14.13. A contratada deverá adotar práticas destinadas à redução da geração de resíduos e do desperdício de alimentos durante o fornecimento dos produtos, limitando as embalagens ao necessário para assegurar integridade, higiene, conservação e segurança sanitária, priorizando, sempre que tecnicamente viável, embalagens reutilizáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental, sem prejuízo da conservação e da segurança dos alimentos.

14.14. As embalagens e os materiais destinados ao contato direto com os alimentos deverão atender integralmente às normas sanitárias aplicáveis, protegendo os produtos contra alterações, contaminações e agentes externos. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá recolher e promover a destinação ambientalmente adequada das embalagens secundárias e dos materiais utilizados exclusivamente no transporte das mercadorias.

14.15. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

14.16. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A subcontratação de qualquer parcela do objeto contratado não será permitida, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes previstas no Termo de Referência. O contratado deverá executar diretamente todas as atividades previstas, sendo vedada a delegação de qualquer etapa a terceiros. A vedação visa garantir a qualidade, a regularidade da execução, a economicidade e a fiscalização eficiente do contrato pela Administração. O descumprimento dessa regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

15.1.1 Não se caracteriza como subcontratação a utilização de terceiros para a execução de atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, tais como transporte, frete, logística e entrega, desde que não haja transferência, total ou parcial, da execução das obrigações principais do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração. O descumprimento desta regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

16. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. Os produtos serão fornecidos pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação, na forma da Lei nº 14.133/2021, com prazo de início a partir do recebimento da primeira ordem de serviço expedida pela CONTRATANTE.

17 - DO REAJUSTE E REVISÃO

17.1. A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

17.2. O critério de reajuste obedecerá a periodicidade anual através do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/21, nas hipóteses de prorrogação da Ata, permanecendo fixos os preços registrados no período original.

17.3. Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.

18. CONDIÇÕES E PRAZOS DE RECEBIMENTO

18.1. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

18.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias, para produtos industrializados e não perecíveis e de 4 (quatro) horas, para produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

19.1 Os gêneros alimentícios, kits lanche e bebidas serão armazenados pela contratada, até sua efetiva entrega às unidades municipais, em locais apropriados, com condições adequadas de temperatura, higiene e conservação, observadas as normas sanitárias aplicáveis e as informações de guarda constantes nas embalagens dos fabricantes, especialmente quanto à manutenção da cadeia de frio dos produtos congelados e refrigerados, como os picolés de frutas, que deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C até o momento da entrega, ficando a contratada responsável pela integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração. Após o recebimento, a Administração adotará as condições de armazenamento compatíveis com cada produto, observando a capacidade das unidades destinatárias e a demanda de consumo, especialmente quanto aos gêneros perecíveis, a fim de evitar desperdícios e deterioração.

20. FISCALIZAÇÃO

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*);

20.7. Fiscalização Técnica:

20.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

20.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

20.7.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

20.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

20.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

20.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

20.7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

20.7.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

21. DO FUNDAMENTO LEGAL

21.1. A presente Ata de Registro de Preços será regida pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 133/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

E por assim, por estarem justos e contratados, assinam a presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, para todos os fins de direito previstos, na presença de duas testemunhas, os abaixo identificados.

São Pedro da Aldeia, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 20xx.

Nome do (a) Secretário (a)
Secretaria
Órgão Gerenciador

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

Anexo I da ATA

CADASTRO DE RESERVA

À

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia/RJ

CNPJ.: 28.909.604/0001-74

Data: / /

Nome da Empresa:

CNPJ ou CPF:

Endereço:

E-mail e telefone:

1) Para fins do Cadastro de Reserva, informo o interesse em cotar os preços e quantitativos do:

() Valor adjudicado

() Valor de proposta original.

Nome da Empresa							
LOTE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
				mínima	máxima		

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 12686/2026

CONTRATO Nº xxxx/20xx

Por este Termo de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente denominado como **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede social à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, tem como representante legal o Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A **CONTRATADA**, vencedora da licitação do tipo menor preço por lote, pelo Sistema de Registro de Preços, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 537/2026, obriga-se à futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentos para eventos, visando atender as demandas das Secretarias interessadas, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO: O valor global deste contrato é de R\$ XXXXXXXX (xx), conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias contados a partir da fiscalização da liquidação da despesa, mediante apresentação de nota fiscal, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

Parágrafo Primeiro - No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária IPCA – IBGE.

Parágrafo Segundo - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro - Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que os serviços serão prestados em favor da secretaria solicitante.

Parágrafo Quarto - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Quinto - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Sexto - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Parágrafo Sétimo - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou mediante apresentação dos seguintes documentos:

Parágrafo Oitavo - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

- a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- b) Certificado de Regularidade com o FGTS.

Parágrafo Nono - Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Décimo - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Parágrafo Décimo Primeiro - Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal; Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011; Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União; Comprovante de Recolhimento dos Impostos Incidentes sobre a execução do objeto (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social, sendo estes dois últimos trimestralmente);

Parágrafo Décimo Segundo - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo Décimo Terceiro - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Décimo Quarto - O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo Contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

Parágrafo Décimo Quinto - Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E REVISÃO: A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/21, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Primeiro - O critério de reajuste obedecerá a periodicidade anual através do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do artigo 25, parágrafo 7º da Lei Federal nº 14.133/21, nas hipóteses de prorrogação da Ata, permanecendo fixos os preços registrados no período original.

Parágrafo Segundo - Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela dotação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; elemento de despesa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; ficha: xxxxxxxx, da Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO: Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo Primeiro - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias, para produtos industrializados e não perecíveis e de 4 (quatro) horas, para produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Segundo - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo Terceiro - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Quarto - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Parágrafo Quinto- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Parágrafo Sexto - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO: Os gêneros alimentícios, kits lanche e bebidas serão armazenados pela contratada, até sua efetiva entrega às unidades municipais, em locais apropriados, com condições adequadas de temperatura, higiene e conservação, observadas as normas sanitárias aplicáveis e as informações de guarda constantes nas embalagens dos fabricantes, especialmente quanto à manutenção da cadeia de frio dos produtos congelados e refrigerados, como os picolés de frutas, que deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C até o momento da entrega, ficando a contratada responsável pela integridade dos produtos até o efetivo recebimento pela Administração. Após o recebimento, a Administração adotará as condições de armazenamento compatíveis com cada produto, observando a capacidade das unidades destinatárias e a demanda de consumo, especialmente quanto aos gêneros perecíveis, a fim de evitar desperdícios e deterioração.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência de xx (xxxx) meses, contados da assinatura, respeitado o limite fixado no edital e na Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 84, parágrafo único, c/c o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO: O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafos 1º a 2º, do mesmo instrumento legal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

I) Advertência;

II) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

III) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;

IV) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “II” e “III” observará os seguintes parâmetros:

I) 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

III) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Quarto - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quinto - As sanções previstas nas alíneas “I”, “IV” e “V” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “II” e “III”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Sexto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Município de São Pedro da Aldeia/RJ no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Sétimo - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

Parágrafo Oitavo – As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

Parágrafo Nono - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

Parágrafo Décimo - A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Município de São Pedro da Aldeia, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

- b) Exigir do Contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento no prazo e condições previstos;
- f) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, se necessário;
- g) Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual.

Parágrafo Segundo – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria interessada, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida no termo de referência;
- c) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021 combinado com os artigos 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- d) O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Secretaria Municipal Requisitante, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, quando se tratar de produtos industrializados e não perecíveis, e de 04 (quatro) horas, quando se tratar de produtos perecíveis ou preparados para consumo imediato, o produto que apresentar avarias, defeitos ou desconformidade com as especificações contratadas;

- e) Comunicar à Administração, no prazo de pelo menos 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- i) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;
- j) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/21;
- k) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel execução do objeto deste contrato;
- l) Arcar com quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, estejam relacionadas à execução do objeto do Termo de Referência, incluindo todos os custos e encargos;
- m) Ficar a cargo da Contratada os custos com transporte dos materiais e locomoção de pessoal necessário à execução do fornecimento, bem como quaisquer despesas com material a ser utilizado;
- n) Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e artigos 63, IV e 92, XVII ambos da Lei nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e
- o) Manter as informações e dados desta Administração Pública e de seus servidores em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO: O objeto licitado deverá ser disponibilizado nos prazos abaixo, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da solicitação da Administração, conforme a natureza do objeto:

- a) Os produtos industrializados e não perecíveis deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- b) As frutas, o gelo e os picolés deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação realizada com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.
- c) Os bolos, os kits lanche, os salgadinhos e os sanduíches deverão ser entregues na data e no horário indicados pela Administração, mediante solicitação realizada com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Os produtos serão fornecidos pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação, na forma da Lei nº 14.133/2021, com prazo de início a partir do recebimento da primeira ordem de serviço expedida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O objeto licitado deverá ser disponibilizado nas quantidades, dias, horários e locais situados no Município de São Pedro da Aldeia, conforme especificado neste documento ou nos endereços abaixo indicados:

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Trabalho	Rodovia Amaral Km 107, Balneário, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	Rua Hermógenes Freire da Costa nº 19, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Cultura	Avenida Francisco Coelho Pereira nº 255, Casa da Cultura, Centro / Rua Francisco Santos Silva nº 555, Teatro Municipal, Nova São Pedro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Educação	Rua Doze de Outubro nº 203, Estação, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Esporte e Lazer	Avenida Francisco Coelho nº 255, Centro, São Pedro da Aldeia
Secretaria de Turismo	Avenida São Pedro nº 147, Centro, São Pedro da Aldeia

Parágrafo Primeiro - Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

Parágrafo Segundo - Os alimentos não perecíveis, fornecidos de forma individual ou nos Kits, deverão estar devidamente industrializados, envasados em embalagens originais de fábrica, íntegras, invioladas e apropriadas para o tipo de produto, assegurando a conservação da qualidade e a proteção contra contaminações.

Parágrafo Terceiro - Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade na data da entrega conforme descrição do item e, nos demais casos, com prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de validade.

Parágrafo Quarto - As embalagens deverão conter de forma impressa, legível e indelével: nome do produto, composição/ingredientes, informações nutricionais, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, número de lote, identificação do fabricante, CNPJ e o número de registro ou notificação junto à ANVISA ou MAPA, conforme a categoria do alimento.

Parágrafo Quinto - É vedado o fornecimento de produtos com rótulos adulterados, rasurados ou com sinais de má conservação.

Parágrafo Sexto - As frutas *in natura*, fornecidas de forma individual ou nos Kits, deverão ser de primeira qualidade, próprias para o consumo humano, apresentando-se maduras, firmes, inteiras, bem formadas, com coloração, aroma e sabor característicos da espécie.

Parágrafo Sétimo - Cada kit deverá ser acondicionado individualmente, com embalagem confeccionada em material plástico do tipo polietileno (PEBD ou PEAD) ou similar, atóxico, com espessura mínima de 100 (cem) micras, garantindo resistência, higiene e proteção contra umidade, poeira, insetos e outras impurezas externas.

Parágrafo Oitavo - Cada embalagem deverá conter, de forma legível, permanente e visível, a devida identificação com as seguintes informações: nome do kit, nome do fornecedor e respectivo CNPJ, data de montagem, prazo de validade do item de menor validade, condições de conservação recomendadas (como “manter refrigerado”).

Parágrafo Nono - Os picolés de frutas deverão ser produzidos em processo tecnológico adequado, moldados e congelados em condições higiênico-sanitárias que garantam sua conservação durante armazenagem, transporte e entrega, respeitando a cadeia de frio, em porções individuais com peso líquido entre 60 e 70 gramas, com no mínimo cinco sabores distintos, devidamente embalados e identificados. Durante o transporte deverão ser mantidos em temperatura igual ou inferior a -18°C, com uso de caixa térmica apropriada ou veículo refrigerado.

Parágrafo Décimo - Os salgadinhos deverão ser entregues fritos, frescos e prontos para consumo imediato, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, limpas e resistentes, que

preservem sua integridade, sabor, textura e temperatura adequada. Os produtos deverão apresentar aspecto, aroma e consistência característicos, sem excesso de óleo, sinais de deterioração ou contaminação, atendendo às condições higiênico-sanitárias previstas na legislação vigente.

Parágrafo Décimo Primeiro - A contratada deverá adotar práticas destinadas à redução da geração de resíduos e do desperdício de alimentos durante o fornecimento dos produtos, limitando as embalagens ao necessário para assegurar integridade, higiene, conservação e segurança sanitária, priorizando, sempre que tecnicamente viável, embalagens reutilizáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental, sem prejuízo da conservação e da segurança dos alimentos.

Parágrafo Décimo Segundo - As embalagens e os materiais destinados ao contato direto com os alimentos deverão atender integralmente às normas sanitárias aplicáveis, protegendo os produtos contra alterações, contaminações e agentes externos. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá recolher e promover a destinação ambientalmente adequada das embalagens secundárias e dos materiais utilizados exclusivamente no transporte das mercadorias.

Parágrafo Décimo Terceiro - A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

Parágrafo Décimo Quarto - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO: A subcontratação de qualquer parcela do objeto contratado não será permitida, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes previstas no Termo de Referência. O contratado deverá executar diretamente todas as atividades previstas, sendo vedada a delegação de qualquer etapa a terceiros. A vedação visa garantir a qualidade, a regularidade da execução, a economicidade e a fiscalização eficiente do contrato pela Administração. O descumprimento dessa regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Primeiro - Não se caracteriza como subcontratação a utilização de terceiros para a execução de atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, tais como transporte, frete, logística e entrega, desde que não haja transferência, total ou parcial, da execução das obrigações principais do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável perante a Administração. O descumprimento desta regra poderá ensejar a rescisão contratual e a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REGIME DE FORNECIMENTO: O regime de execução é fornecimento de bens pelo critério de julgamento de menor preço por lote.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 10.024/2019 e o Decreto municipal nº 133/2023, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 20xx.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____
